

STNE Participações S.A.

CNPJ/MF nº 35.767.420/0001-82

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da STNE Participações S.A. ("Companhia") relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Mensagem da Administração: Em 31 de dezembro de 2024, os ativos individuais e consolidados da Companhia totalizaram R\$ 3.798,5 milhões e R\$ 4.849,3 milhões, respectivamente, apresentando reduções de 48,0% e 42,6% em relação ao total de ativos em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 7.309,4 milhões e R\$ 8.452,1 milhões, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2024, o patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$ 3.444,5 milhões, representando uma redução de R\$ 3.514,9 milhões em relação ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o prejuízo individual e consolidado totalizou R\$ 3.546,8 milhões e R\$ 3.540,7 milhões, respectivamente, em comparação ao lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 que totalizou R\$ 55,7 milhões e R\$ 51,4 milhões. Como resultado do teste anual de impairment do Grupo StoneCo, em 31 de outubro de 2024, foi reconhecida uma perda por impairment de ativo no montante de R\$ 3.558,0 milhões para a UGC 1 – Empresas de software, uma vez que o valor recuperável estimado desta unidade geradora de caixa era menor que o valor contábil líquido. Esta perda por impairment foi o principal evento que gerou redução no ativo, patrimônio líquido e resultado do ano da Companhia.

A Administração.

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023			2024	2023		
Ativo circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	—	11	50.781	75.903	Passivo circulante					
Aplicações financeiras	6.2	42.048	234.956	384.581	297.205	Fornecedores	14.2	2.440	2.222	65.173	98.129
Contas a receber de emissores de cartão	7.1.3	—	—	9.492	36.441	Contas a pagar clientes	14.1	—	—	—	3.982
Contas a receber de clientes	7.2	6.923	9.358	214.597	250.745	Empréstimos e financiamentos	15	1.218	1.502	10.233	8.167
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber						Salários e encargos sociais	16	7.567	8.258	113.174	112.747
Impostos a recuperar	9	235	208	—	—	Impostos a recolher		3.843	876	33.728	25.032
Despesas antecipadas	8.2	290	102	16.356	13.559	Dividendos a pagar	9	267.389	267.389	268.080	268.053
Instrumentos financeiros derivativos	26.5	42	—	1.325	893	Outros passivos	17	19.003	368	69.385	48.303
Outros ativos		1.376	386	26.724	25.917		301.460	280.615	559.773	564.413	
		54.667	249.109	726.296	732.494	Passivo não circulante					
Ativo não circulante											
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.4	5.782	9.366	23.130	10.602	Contas a pagar a partes relacionadas	18.2	982	1.878	6.561	5.167
Aplicações financeiras	6.2	—	—	—	—	Empréstimos e financiamentos	15	41.768	41.496	64.473	70.302
Contas a receber de partes relacionadas	7.1.3	—	—	7.902	14.886	Salários e encargos sociais	16	212	150	2.322	1.431
Outros ativos	18	3.039	2.496	4.460	4.519	Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.4	—	—	463.325	480.327
Despesas antecipadas	8.2	27	18	3.984	4.792	Provisão para contingências	19.3	2.333	5.665	128.504	131.968
Investimentos	11.2	3.685.127	6.993.885	4.689	13.343	Outros passivos	17	7.318	20.193	8.675	55.145
Imobilizado	12.9	1.053	1.019	87.056	115.407		52.613	69.382	673.860	744.340	
Intangível	13.3	46.100	50.828	3.938.590	7.522.546	Patrimônio líquido					
		3.743.875	7.060.297	4.122.973	7.719.565	Capital social	20.1	2.649.016	2.635.908	2.649.016	2.635.908
Total do ativo											
		3.798.542	7.309.406	4.849.269	8.452.059	Reserva de capital	20.2	4.439.408	4.422.841	4.439.408	4.422.841
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.											

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Saldos em 31 de dezembro de 2022	Nota	Capital social		Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Lucro (prejuízo) acumulado	Total	Participação dos não controladores	Total
		subscrito	Capital a integralizar						
Redução de capital		2.962.462	—	4.456.480	10.223	(153.537)	7.275.628	98.584	7.374.212
Redução de capital social		—	(326.554)	—	—	—	(326.554)	—	(326.554)
Aumento de capital em controlada – cisão parcial		—	—	—	—	—	—	96.238	96.238
Pagamento baseado em ações		—	—	15.472	—	—	15.472	679	16.151
Ajuste de avaliação patrimonial		—	—	—	—	—	—	—	—
Movimentação proveniente de cisão controladas		—	—	(49.111)	—	—	(49.111)	—	(49.111)
Dividendos pagos		—	—	—	—	—	—	(5.983)	(5.983)
Outros resultados abrangentes		—	—	—	(11.765)	—	(11.765)	(1.307)	(13.072)
Lucro do exercício		—	—	—	—	55.739	55.739	(4.314)	51.425
Saldos em 31 de dezembro de 2023		2.635.908	—	4.422.841	(1.542)	(97.798)	6.959.409	183.897	7.143.306
Aumento de capital		13.108	—	—	—	—	13.108	(13.108)	—
Aumento de capital de não controladores		—	—	—	—	—	—	6.346	6.346
Capital social a integralizar		77.000	(77.000)	—	—	—	—	—	—
Diluição de participação de não controladores		—	—	—	—	—	—	(3.798)	(3.798)
Pagamento baseado em ações		—	—	16.567	—	—	16.567	1.334	17.901
Dividendos pagos		—	—	—	—	—	—	(10.454)	(10.454)
Outros resultados abrangentes	20.3	—	—	—	2.160	—	2.160	177	2.337
Outros		—	—	—	—	—	—	722	722
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		—	—	—	—	(3.546.775)	(3.546.775)	6.051	(3.540.724)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		2.726.016	(77.000)	4.439.408	618	(3.644.573)	3.444.469	171.167	3.615.636
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.									

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Nota	Controladora		Consolidado		Juros pagos	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023			2024	2023		
(3.546.775)		55.739	(3.540.724)	51.425		(5.484)		(5.484)		—	
Ajustes para conciliar o resultado aos fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais											
Depreciação e amortização	12.10	15.492	6.627	198.965	199.264	Fluxo de caixa líquido originado pelas atividades operacionais		102.592	92.153	384.384	236.054
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.3	3.404	(16.130)	(34.911)	(3.341)	Aquisições de ativo imobilizado		(206)	(447)	(9.049)	(37.964)
Perda (ganho) com investimentos em coligadas	11.2	16.854	(44.093)	202	(324)	Aquisições de ativo intangível		(10.436)	(12.220)	(240.719)	(188.560)
Resultado financeiro, líquido		5.170	3.202	15.003	21.448	Aquisição de controlada, líquida de caixa adquirido		—	—	(9.054)	—
Provisão para contingências		(4.016)	5.665	(12.902)	(65.956)	Resgate (aquisição) de aplicações financeiras, líquido		192.908	(175.853)	(129.379)	(128.771)
Pagamento baseado em ações		1.468	469	20.739	22.095	Aquisição de participação em controladas e coligadas		(88.177)	(49.941)	(39.275)	(77.806)
Perda esperada com crédito de liquidação duvidosa		(42)	227	(1.588)	2.255	Valor recebido na alienação em controladas e coligadas		—	—	43.792	—
Perda (ganho) na baixa e alienação de bens		283	359	121.034	43.375	Cisão de subsidiária, líquida de caixa		—	—	(4.204)	(39.702)
Perda com impairment de ativos		3.558.049	—	3.558.049	—	Aumento de capital em controladas e coligadas	11.2	(196.346)	—	—	—
Perda na venda da subsidiária		4.446	—	58.243	—	Fluxo de caixa gerado (consumido) pelas atividades de investimento		(102.257)	(238.461)	(387.888)	(472.803)
Valor justo de derivativos	(42)	12.392	(432)	13.244	—	Captação de empréstimos		—	41.048	—	41.048
Remensuração de participação anteriormente detida em subsidiária adquirida		—	—	(7.406)	—	Pagamentos de arrendamentos	15	(346)	(1.216)	(15.321)	(16.314)
Efeito da aplicação de hiperinflação		—	—	(596)	2.238	Aquisição de participações não controladores		—	—	(3.362)	—
Outros		—	1.167	—	1.168	Transação com participações não controladoras		—	—	6.346	—
Variações nos ativos e passivos operacionais						Pagamento de dividendos de acionistas não controladores		—	—	(10.454)	(5.983)
Contas a receber de partes relacionadas		1.159	18.170	9.031	(11.006)	Fluxo de caixa gerado (consumido) pelas atividades de financiamento		(346)	39.832	(22.791)	18.751
Impostos a recuperar		9.252	3.437	49.645	14.033	Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa		—	(22.234)	1.173	(15.748)
Despesas antecipadas		(197)	(120)	(2.652)	(6.709)	Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido		(11)	(128.710)	(25.122)	(233.746)
Contas a receber e outros ativos		1.895	12.042	52.488	(9.222)	Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5.2	11	128.721	75.903	309.649
Contas a pagar a partes relacionadas		(896)	(1.204)	—	11.350	Saldo final de caixa e equivalente de caixa	5.2	—	11	50.781	75.903
Pagamento de contingências		—	—	(5.030)	(7.575)	Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido		(11)	(128.710)	(25.122)	(233.746)
Impostos a recolher		5.425	1.481	1.809	3.880						
Salários e encargos sociais		(880)	23.411	(1.396)	(4.380)						
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos		10.505	10.713	—	8.760						
Fornecedores e outros passivos		37.968	1.066	(56.254)	(21.118)						
Imposto de renda e contribuição social pagos		(10.446)	(2.467)	(32.500)	(17.670)						
Contas a receber de emissores de cartões		—	—	1.051	(11.180)						
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.											

Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional – A STNE Participações S.A. ("STNE Par" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima, constituída em 05 de novembro de 2019. A Companhia está sediada na Av. Dra. Ruth Cardoso, 7.221, conjunto 1.501, 14º andar, São Paulo, SP. A Companhia é controlada pela DLP Capital LLC, que detém 99,99% e DLPPar Participações S.A. que detém 0,01% das ações da Companhia, que por sua vez são controladas pela StoneCo Ltd., sociedade constituída nas Ilhas Cayman e com ações listadas na bolsa americana NASDAQ com a sigla STNE. A Companhia e suas controladas (coletivamente, o "Grupo") estão envolvidas principalmente no fornecimento de soluções de tecnologia financeira para clientes e parceiros integrados para conduzir o comércio eletrônico de forma transparente em todos os canais de pontos de venda, online e offline, o que inclui a integração a plataformas de tecnologia baseadas em nuvem, oferecendo serviços para aceitação de diversas formas de pagamentos eletrônicos, automação de processos de negócios nas soluções de ponto de venda e capital de giro. A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada em Reunião de Diretoria em 11 de abril de 2025.

2. Informações do Grupo – 2.1. Controladas: As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem as seguintes controladas:

Nome da empresa	Principais atividades	Participação societária do Grupo %	
		2024	2023
Linx Pay Meios de Pagamento Ltda. ("Linx Pay")	Serviços de meios de pagamento	100,00	100,00
Stone Seguros S.A. ("Stone Seguros")	Serviços de seguros	100,00	100,00
Hiper Software S.A. ("Hiper")	Serviços de tecnologia	100,00	100,00
Hubcount Tecnologia S.A. ("Hubcount") (Nota 4.2)	Serviços de tecnologia	75,60	75,60
Linx Automotivo Ltda. ("Linx Auto") (a)	Serviços de tecnologia	100,00	—
Linx Commerce Ltda. ("Linx Commerce") (a)	Serviços de tecnologia	100,00	—
Linx Enterprise Ltda. ("Linx Enterprise") (a)	Serviços de tecnologia	100,00	—
Linx Impulse Ltda. ("Linx Impulse") (a)	Serviços de tecnologia	100,00	—

Demonstração dos Resultados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Receita líquida de serviços	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
22.6		99.231	25.650	1.416.075	1.446.770
23		(38.210)	(11.603)	(640.902)	(675.205)
61.021		14.047	775.173	771.565	771.565
23		(16.314)	(8.932)	(349.340)	(376.665)
23		(4.661)	(1.379)	(307.101)	(320.069)
23		(3.558.049)	—	(3.558.049)	—
23		7.405	(13.749)	(74.175)	20.599
(3.571.619)		(24.120)	(4.288.665)	(676.135)	—
11.2		16.860	44.093	(292)	324
(3.527.458)		34.020	(3.513.694)	95.754	—
1.481		14.332	24.953	43.836	—
(8.914)		(4.594)	(50.258)	(64.404)	—
(7.433)		9.738	(25.305)	(20.568)	—
(3.534.891)		43.758	(3.538.999)	75.186	—
10.3		(8.480)	(4.149)	(36.636)	(27.102)
10.3		(3.404)	16.130	34.911	3.341
(3.546.775)		55.739	(3.540.724)	51.425	—
(3.546.775)		55.739	(3.546.775)	55.739	—
(3.546.775)		55.739	(3.540.724)	51.425	—
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

Demonstração dos Resultados Abrangentes em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
(3.546.775)		55.739	(3.540.724)	51.425	—
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados para o resultado em períodos para o resultado em períodos subsequentes					
2.523		(16.045)	—		

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 15/04/2025



Continuação

STNE Participações S.A.

Controladora

2024

2023

Consolidado

2024

2023

Reflexo de equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de controladas

10.858

13.565

-

-

Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes

-

-

200

(11.476)

(12.023)

Baixa benefício pós emprego

-

-

200

(11.476)

(12.023)

Efeito da aplicação da hiperinflação

-

-

-

-

-

Reflexo de equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de controladas

(11.476)

(12.023)

(618)

1.542

(618)

1.542

Total

(618)

1.542

(618)

1.542

21. Pagamento baseado em ações – A Companhia possui planos de pagamento baseado em ações, segundo os quais a administração confere a empregados e outros provedores de serviços similares o direito de receber instrumentos patrimoniais (incluindo ações ou opções de ações) da StoneCo (negociadas com a sigla STNE na bolsa americana NASDAQ) como parte de seu plano de incentivo de longo prazo, quando atendidas as condições de aquisição de direito neles especificadas. 21.1. Políticas contábeis: As práticas contábeis utilizadas pela Companhia, no que tange ao reconhecimento dos planos de pagamento baseado em ações, estão de acordo com as normas adotadas no Brasil (CPC 10). O custo dessas transações, as quais são liquidadas em ações, é mensurado pelo valor justo na data da outorga e registrado como despesa, em contrapartida do patrimônio líquido, durante o período do serviço, ou na data da concessão, em caso de serviços passados. O valor justo das Restricted Shares Units ("RSUs") é o valor de mercado do instrumento na data da outorga. Para opções e Performance Shares Units ("PSUs"), o valor justo é calculado utilizando o modelo de precificação Black-Scholes-Merton, considerando os termos e condições dos planos. A condição de desempenho e a quantidade de ações que se espera emitir são mensuradas com base em dados históricos e dados modificados, quando se espera que o futuro seja razoavelmente diferente do passado, entre outros fatores. As duas principais variáveis do modelo foram (i) taxa de juros livre de risco e (ii) volatilidade anual, com base no preço histórico das ações da StoneCo e de players similares. A volatilidade esperada reflete a suposição de que a volatilidade histórica é indicativa de tendências futuras, mas que podem não ser necessariamente o resultado real. a) Restricted Shares Units: A Companhia outorgou RSUs, as quais, em sua maioria, estão condicionadas à permanência (condições de desempenho corporativo são aplicáveis a uma minoria), e habilitam o recebimento seguindo regras de período de aquisição de direito ("vesting period") estabelecidas e aplicadas de acordo com a política interna corporativa. As ações restritas outorgadas em 2024 tem valor justo na data de outorga de R\$ 64,34 a R\$ 86,43 e possuem vencimento ("vesting period") em tranches ao longo de um período de 2 a 4 anos. Em 2024, foram outorgadas 228.710 novas UARs, com preço médio de R\$ 80,38. Em 31 de dezembro de 2024 não haviam RSUs a serem emitidas para os beneficiários. b) Performance Share Units: A partir de 2022 a Companhia concedeu prêmios de PSUs, os quais deram aos beneficiários o direito de receber ações se o Grupo atingir níveis mínimos de Retorno Total ao Acionista ("RTA") para um período específico, as quais exprimam se a referida condição de desempenho não for atendida. Assim como para RSUs, existem regras específicas de período de aquisição de direito para a habilitação do recebimento. As duas principais entradas do modelo para as PSUs outorgadas em 2024 foram: Taxa de juros livre de risco de 4,11% de acordo com a curva a termo SOFR de 3 meses para um período de 3 anos, e volatilidade anual de 67,47% com base no histórico da StoneCo. Em 31 de dezembro de 2024 não haviam PSUs a serem emitidas para os beneficiários. 21.2.Composição dos saldos: As movimentações ocorridas em 2024 e 2023 de RSUs, PSUs e Opções são apresentadas abaixo:

RSUs

PSUs

Opções

Total

Saldo em 31 de dezembro de 2022

1.732.542

596.919

2.772

2.332.233

Outorgas

325.634

-

-

325.634

Emitidas

(11.160)

-

-

(11.160)

Transferências entre empresas do grupo

(815.630)

(302.192)

(2.772)

(1.120.594)

Canceladas

(5.672)

-

-

(5.672)

Saldo em 31 de dezembro de 2023

1.225.714

294.727

-

1.520.441

Outorgas

228.710

27.936

-

256.646

Emitidas

(92.924)

-

-

(92.924)

Transferências entre empresas do grupo

271.430

73.251

-

344.681

Canceladas

(594.321)

(168.420)

-

(762.741)

Saldo em 31 de dezembro de 2024

1.038.609

227.494

-

1.266.103

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecido como despesa no resultado consolidado, incluindo encargos o valor de R\$ 20.739 (R\$ 15.906 em 31 de dezembro de 2023). 22. Receita de serviços – 22.1.Políticas contábeis: 22.1.1. Receita de contrato com clientes: A receita é reconhecida quando o Grupo transfere o controle dos serviços para os clientes, em um valor que reflete a contraprestação que o Grupo espera receber em troca desses serviços. O Grupo concluiu que geralmente é o principal em seus acordos de receita, porque normalmente controla os serviços antes de transferi-los para o cliente. O Grupo aplica os seguintes cinco passos relativos às receitas: • identificação dos contratos com o cliente; • identificação das obrigações de desempenho previstas no contrato; • determinação do preço da transação; • alocação do preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato; e • reconhecimento da receita quando ou conforme a obrigação de desempenho é atendida. A receita é reconhecida líquida dos impostos cobrados dos clientes, que são posteriormente recolhidos às autoridades fiscais, das devoluções, abatimentos e dos descontos, quando aplicável. 22.1.2. Serviços de assinatura: As receitas proveniente de contratos com clientes do Grupo são apresentadas a seguir: • Receitas de assinaturas: São receitas recorrentes oriundas de: (a) receitas recorrentes de assinaturas relacionadas a soluções como automação de negócios, serviços para fornecer ao cliente o direito de uso ao software numa infraestrutura baseada em nuvem, onde o cliente não tem o direito de terminar o contrato e tomar posse do software, e receitas relacionadas a suporte tecnológico, "helpdesk", aluguel de equipamento e serviço de hospedagem de "software"; e (b) serviços não recorrentes, como implementação, personalização, treinamento e outros serviços. Os serviços de assinatura do Grupo geralmente consistem em serviços vendidos como parte de um contrato novo ou existente ou vendidos como um serviço separado. Estes serviços de assinatura podem ou não ser considerados distintos com base na natureza dos serviços fornecidos. As taxas de serviço de assinatura são cobradas como uma taxa fixa mensal, e a receita relacionada é reconhecida ao longo do tempo, seja à medida que os serviços de assinatura são executados ou à medida em que os serviços de uma obrigação de desempenho combinada são transferidas para o cliente (ao longo do prazo da transação relacionada e acordado em contrato). 22.1.3. Contratos com múltiplas obrigações de desempenho: Os contratos do Grupo com seus clientes podem consistir em múltiplas obrigações de desempenho e o Grupo contabiliza as obrigações de desempenho individuais separadamente se elas forem distintas. Quando os equipamentos ou serviços são agrupados em um contrato com um cliente, os componentes são separados usando o preço de venda individual relativo dos componentes que é baseado no preço habitual do Grupo para cada elemento em transações separadas. 22.2. Receita diferida: O Grupo registra receita diferida referente a horas contratadas pelos clientes para prestação de serviços. A receita é reconhecida após a prestação do serviço. Caso os valores faturados superem o valor dos serviços executados, a diferença é registrada no balanço patrimonial como receita diferida e apresentada em "Outros passivos". Além disso, o Grupo registra receitas diferidas relacionadas a serviços pagos pelos clientes, mas a serem executados no futuro a partir da celebração do contrato com o cliente. Os valores pagos antecipadamente pelos clientes cujos serviços contratados serão executados posteriormente são reconhecidos no balanço patrimonial como receita diferida, na rubrica "Outros passivos". O valor reconhecido como receita diferida no balanço patrimonial é reciclado para o resultado ao longo do tempo em que os serviços prometidos são executados. 22.3. Receita financeira: Consiste principalmente juros gerados por aplicações financeiras. 22.4. Despesa financeira: Principalmente compostas por juros relacionados a empréstimos, descontos concedidos, variação cambial passiva e atualização monetária de contingências. 22.5. Impostos sobre as vendas: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não são recuperáveis junto às autoridades fiscais, caso em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do item do ativo ou despesa, conforme aplicável. • Quando os valores a receber ou a pagar forem apresentados com o valor dos impostos sobre vendas incluídos. O valor líquido dos impostos sobre vendas recuperável ou a pagar para a autoridade fiscal, é incluído como parte dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial e líquido da receita ou do custo/despesa, na demonstração do resultado. As receitas de vendas no Brasil estão sujeitas a impostos e contribuições, com as seguintes alíquotas.

Alíquota – %

Receitas

Transações e outros serviços

0,65% – 1,65%

financeiras

0,65%

Programa de integração social (PIS) (a)

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (a)

Imposto sobre Serviços (ISS) (b)

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) (c)

3,00% – 7,60%

2,00% – 5,00%

4,50%

4,00%

-

-

-

(a) O PIS e a COFINS são contribuições cobradas pelo governo federal sobre a receita bruta. Esses valores são faturados e cobrados dos clientes da Companhia e reconhecidos como deduções da receita bruta (Nota 22) contra impostos a recolher, uma vez que atuamos como agentes de retenção de impostos em nome das autoridades fiscais. O PIS e a COFINS pagos em certas compras podem ser considerados como créditos fiscais para compensar com PIS e COFINS a recolher. Esses valores são reconhecidos como impostos a recuperar e são compensados mensalmente com os impostos a recolher e apresentados líquidos, pois os valores são devidos à mesma autoridade fiscal. (b) O ISS é um imposto cobrado pelos municípios sobre receitas provenientes da prestação de serviços. O ISS é adicionado aos valores faturados aos clientes do Grupo por seus serviços prestados. É reconhecido como deduções da receita bruta (Nota 22) em contrapartida a impostos a recolher, pois o Grupo atua como agente de cobrança desse imposto em nome dos governos municipais. (c) O INSS é um encargo previdenciário que incide sobre os salários pagos aos empregados. As subsidiárias Linx Sistemas, Hiper e a Qestor recolhe o INSS à alíquota de 4,50% sobre a receita bruta em função dos benefícios que esse regime oferece em relação ao INSS sobre a folha de pagamento. 22.6. Composição dos saldos: Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do período, bem como o momento de reconhecimento da receita:

Controladora

2024

2023

Consolidado

2024

2023

Receita bruta de transações

4.847

979

5.000

13.695

(i) Impostos sobre vendas

(1.803)

(411)

(2.412)

(2.167)

Receita líquida de transações

3.044

568

2.588

11.529

Receita bruta de software

75.312

25.854

1.433.210

1.454.070

(ii) Impostos sobre vendas

(7.086)

(1.718)

(143.152)

(136.866)

Receita líquida de software

68.226

24.136

1.290.058

1.317.204

Receita bruta de outros serviços

31.214

1.792

126.681

141.201

(iii) Impostos sobre vendas

(3.252)

(845)

(3.252)

(32.163)

Receita líquida de outros serviços

27.962

947

123.429

118.038

Receita líquida de serviços

99.231

25.560

1.416.075

1.446.770

Momento do reconhecimento da receita

Reconhecida em um momento específico no tempo

3.044

568

2.588

11.529

Reconhecida ao longo do tempo

96.187

25.082

1.413.487

1.435.242

Receita líquida de serviços

99.231

25.560

1.416.075

1.446.770

23. Composição de custos e despesas por natureza

Controladora

2024

2023

Consolidado

2024

2023

Perda por impairment do ágio do negócio de software

3.558.049

-

3.558.049

-

Despesas com pessoal (Nota 25.5)

33.775

11.029

655.716

699.405

Despesas com instalações

4.566

4.993

17.441

19.421

Depreciação e amortização (Nota 12.10)

15.493

6.627

198.965

199.265

Custos de transação e serviços ao cliente

7.219

2.096

212.275

248.405

Serviços de terceiros

2.068

1.513

73.266

54.027

Despesas de marketing e comissões de vendas

912

262

138.201

133.964

Gastos com viagens

380

157

9.105

14.607

Outras receitas (despesas) operacionais (a)

(12.613)

9.046

66.549

(17.841)

Total de custo e despesa

3.609.829

35.723

4.929.567

1.351.340

(Alcunli, principalmente, perdas com alienação de investimentos, avaliação de valor justo do earnout e dividendos de outros investimentos. (a)

24. Resultado Financeiro

Controladora

2024

2023

Consolidado

2024

2023

Juros recebidos sobre investimentos

-

13.646

15.538

31.053

Juros ativos

1.702

687

9.114

4.651

Descontos obtidos

-

-

481

180

Ganho variação cambial

-

-

5.797

5.200

Outros

(221)

-

(180)

2.752

Total

1.481

14.333

30.750

43.836

Desconto concedidos

(16)

-

(25.192)

(32.292)

Juros combinação de negócios

-

(2.018)

(353)

(1.369)

Juros sobre empréstimos

(5.510)

(1.801)

(8.760)

(6.879)

Juros provisão contingência

(1.036)

-

(10.642)

-

Perda com variação cambial

(2.298)

(776)

(2.298)

(775)

Juros conta a pagar adquiridas

(28)

-

(5.205)

(9.684)

Despesas Bancárias

(28)

-

(5.205)

(9.684)

Total

(8.914)

(4.595)

(56.055)

(64.404)

25. Benefícios a empregados – 25.1. Políticas contábeis: 25.2. Obrigações de curto prazo: Os passivos relacionados a benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são contabilizados como despesa conforme o serviço relacionado é fornecido. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bônus em dinheiro ou participação nos resultados de curto prazo se o Grupo tiver uma obrigação legal ou não formalizada de pagar este valor devido aos serviços passados prestados pelos empregados e a obrigação puder ser estimada de forma confiável. 25.3. Remuneração com base em ações: O Grupo possui planos de pagamento baseado em ações, segundo os quais a Administração se compromete a entregar ações para empregados e não empregados em troca de serviços conforme mencionado na Nota 21. O custo de transações liquidadas em ações com funcionários é mensurado pelo valor justo na data da outorga. O custo é registrado como despesa juntamente com um aumento correspondente no patrimônio líquido durante o período em que o serviço é executado e, quando aplicável, as condições de desempenho são cumpridas (período de aquisição de direito). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com ações em cada data de reporte até a data de aquisição de direito reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa do Grupo sobre o número de instrumentos outorgados que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período. Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios outorgados, porém a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa do Grupo sobre o número de instrumentos outorgados que serão adquiridos. Condições de desempenho de mercado são refletidas no valor justo na data da outorga. Quaisquer outras condições associadas a um prêmio, mas que não possuam uma exigência de serviço a elas associada, são consideradas condições de não aquisição de direito. 25.4. Participação nos lucros e gratificações anuais: O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos lucros e bônus anuais com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas do Grupo após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha criado uma obrigação não formalizada.

25.5. Composição dos saldos

Controladora

2024

2023

Consolidado

2024

2023

Salários

26.748

8.444

539.765

583.330

Custos previdenciários

3.775

1.039

74.923

79.356

Remuneração baseada em ações

1.468

469

20.739

15.906

Outros

1.764

1.077

20.288

20.813

Total

33.755

11.029

655.716

699.405

O Grupo oferece um pacote de benefícios padrão a todos os funcionários, consistindo principalmente em planos de assistência médica, seguro de vida em grupo, vale-refeição e alimentação e vale-transporte. Todos os valores relacionados são registrados no resultado de cada exercício.

26. Instrumentos financeiros – 26.1. Políticas contábeis: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. 26.2. Ativos financeiros: 26.2.1. Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. Exceto para contas a receber que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático sem mensuração do preço de transação determinado de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou VJORA, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "somente pagamentos de principal e juros" ("SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é chamada de teste de SPPI e é executada a nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam SPPI são classificados e mensurados ao VJR, independentemente do modelo de negócios. O modelo de negócios do Grupo se refere a como seus ativos financeiros são gerenciados para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, enquanto os ativos financeiros classificados e mensurados ao VJORA são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é de ambos, receber fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros. Ativos financeiros ao VJR incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros obrigatoriamente classificados ao custo justo, ativos financeiros não classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. No obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados ao VJR no reconhecimento inicial, caso isso elimine ou reduza significativamente um descaimento contábil. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo definido pela regulamentação ou prática de mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. 26.2.2. Mensuração subsequente: Para fins de mensuração subsequente, ativos financeiros são classificados em quatro categorias, conforme descrito a seguir: 26.2.3. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívidas): Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificação ou redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao custo justo, ativos financeiros não classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. No obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados ao VJR no reconhecimento inicial, caso isso elimine ou reduza significativamente um descaimento contábil. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo definido pela regulamentação ou prática de mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. 26.2.2. Mensuração subsequente: Para fins de mensuração subsequente, ativos financeiros são classificados em quatro categorias, conforme descrito a seguir: 26.2.3. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívidas): Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificação ou redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao custo justo, ativos financeiros não classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. No obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados ao VJR no reconhecimento inicial, caso isso elimine ou reduza significativamente um descaimento contábil. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo definido pela regulamentação ou prática de mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. 26.2.2. Mensuração subsequente: Para fins de mensuração subsequente, ativos financeiros são classificados em quatro categorias, conforme descrito a seguir: 26.2.3. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívidas): Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificação ou redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao custo justo, ativos financeiros não classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. No obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados ao VJR no reconhecimento inicial, caso isso elimine ou reduza significativamente um descaimento contábil. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo definido pela regulamentação ou prática de mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. 26.2.2. Mensuração subsequente: Para fins de mensuração subsequente, ativos financeiros são classificados em quatro categorias, conforme descrito a seguir: 26.2.3. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívidas): Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificação ou redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao custo justo, ativos financeiros não classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. No obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados ao VJR no reconhecimento inicial, caso isso elimine ou reduza significativamente um descaimento contábil. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo definido pela regulamentação ou prática de mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. 26.2.2. Mensuração subsequente: Para fins de mensuração subsequente, ativos financeiros são classificados em quatro categorias, conforme descrito a seguir: 26.2.3. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívidas): Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificação ou redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao custo justo, ativos financeiros não classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. No obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados ao VJR no reconhecimento inicial, caso isso elimine ou reduza significativamente um descaimento contábil. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo definido pela regulamentação ou prática de mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. 26.2.2. Mensuração subsequente: Para fins de mensuração subsequente, ativos financeiros são classificados em quatro categorias, conforme descrito a seguir: 26.2.3. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívidas): Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificação ou redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao custo justo, ativos financeiros não classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. No obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados ao VJR no reconhecimento inicial, caso isso elimine ou reduza significativamente um descaimento contábil. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo definido pela regulamentação ou prática de mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. 26.2.2. Mensuração subsequente: Para fins de mensuração subsequente, ativos financeiros são classificados em quatro categorias, conforme descrito a seguir: 26.2.3. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívidas): Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificação ou redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao custo justo, ativos financeiros não classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. No obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados ao VJR no reconhecimento inicial, caso isso elimine ou reduza significativamente um descaimento contábil. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo definido pela regulamentação ou prática de mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. 26.2.2. Mensuração subsequente: Para fins de mensuração subsequente, ativos financeiros são classificados em quatro categorias, conforme descrito a seguir: 26.2.3. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívidas): Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificação ou redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao custo justo, ativos financeiros não classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. No obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados ao VJR no reconhecimento inicial, caso isso elimine ou reduza significativamente um descaimento contábil. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo definido pela regulamentação ou prática de mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. 26.2.2. Mensuração subsequente: Para fins de mensuração subsequente, ativos financeiros são classificados em quatro categorias, conforme descrito a seguir: 26.2.3. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívidas): Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificação ou redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao custo justo, ativos financeiros não classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. No obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados ao VJR no reconhecimento inicial, caso isso elimine ou reduza significativamente um descaimento contábil. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo definido pela regulamentação ou prática de mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. 26.2.2. Mensuração subsequente: Para fins de mensuração subsequente, ativos financeiros são classificados em quatro categorias, conforme descrito a seguir: 26.2.3. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívidas): Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificação ou redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao custo justo, ativos financeiros não classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. No obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados ao VJR no reconhecimento inicial, caso isso elimine ou reduza significativamente um descaimento contábil. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo definido pela regulamentação ou prática de mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. 26.2.2. Mensuração subsequente: Para fins de mensuração subsequente, ativos financeiros são classificados em quatro categorias, conforme descrito a seguir: 26.2.3. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívidas): Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificação ou redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao custo justo, ativos financeiros não classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. No obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados ao VJR no reconhecimento inicial, caso isso elimine ou reduza significativamente um descaimento contábil. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo definido pela regulamentação ou prática de mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. 26.2.2. Mensuração subsequente: Para fins de mensuração subsequente, ativos financeiros são classificados em quatro categorias, conforme descrito a seguir: 26.2.3. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívidas): Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificação ou redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao custo justo, ativos financeiros não classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. No obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados ao VJR no reconhecimento inicial, caso isso elimine ou reduza significativamente um descaimento contábil. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo definido pela regulamentação ou prática de mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. 26.2.2. Mensuração subsequente: Para fins de mensuração subsequente, ativos financeiros são classificados em quatro categorias, conforme descrito a seguir: 26.2.3. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívidas): Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificação ou redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao custo justo, ativos financeiros não classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. No obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados ao VJR no reconhecimento inicial, caso isso elimine ou reduza significativamente um descaimento contábil. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo definido pela regulamentação ou prática de mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. 26.2.2. Mensuração subsequente: Para fins de mensuração subsequente, ativos financeiros são classificados em quatro categorias, conforme descrito a seguir: 26.2.3. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívidas): Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificação ou redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao custo justo, ativos financeiros não classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. No obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados ao VJR no reconhecimento inicial, caso isso elimine ou reduza significativamente um descaimento contábil. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo definido pela regulamentação ou prática de mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. 26.2.2. Mensuração subsequente: Para fins de mensuração subsequente, ativos financeiros são classificados em quatro categorias, conforme descrito a seguir: 26.2.3. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívidas): Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificação ou redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao custo justo, ativos financeiros não classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. No obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados ao VJR no reconhecimento inicial, caso isso elimine ou reduza significativamente um descaimento contábil. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo

... continuação

demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento da Receita – estimativa dos custos de construção e percentual de conclusão das obras ("POC"):** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 02, a Companhia utiliza o método de Porcentagem de Conclusão da Obra ("POC") para contabilizar parte das receitas de prestação de serviços. O método de reconhecimento de receita por meio do POC requer que a Administração da Companhia considere, entre outros aspectos, a estimativas dos custos a incorrer até o término da conclusão do serviço a fim de estabelecer uma proporção em relação aos custos já incorridos e ao orçamento de custos do projeto. Essa proporção é aplicada sobre o valor total do projeto determinando o montante da receita a ser reconhecida em cada período. **Resposta de auditoria ao assunto:** Essa área foi considerada foco em nossa auditoria, pois o processo de reconhecimento da receita envolve estimativas críticas da Administração na determinação dos orçamentos de custos, sua revisão periódica e o estágio da execução do serviço. Assim, quaisquer mudanças nessas estimativas podem impactar de forma relevante as demonstrações contábeis da Companhia. Nossos procedimentos de auditoria compreenderam, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita, bem como para a preparação e aprovação das estimativas de custos a incorrer e para o monitoramento dos custos incorridos. Testamos os custos incorridos, em base amostral, inspecionando contratos, documentos fiscais e pagamentos feitos. Com base em uma amostra de contratos, inspecionamos os orçamentos e suas respectivas aprovações. Nossos procedimentos de auditoria demonstram que as estimativas utilizadas pela Administração são

consistentes com os dados e informações obtidas. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações

contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **▪** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; **▪** Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; **▪** Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; **▪** Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

▪ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2025.

BDO
BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2SP 013.846/O-1
André Silva Moura
Contador CRC 1SP 300.564/O-7

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA
MERCANTIL

São Paulo



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 15/04/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Compuway Comercial e Serviços S.A.

CNPJ/MF nº 54.969.134/0001-44

Balancos Patrimoniais – Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

Ativo	2024	2023
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2.137.115	1.773.034
Clientes	13.984.055	14.073.704
Impostos a recuperar	1.001.531	723.110
Conta corrente com consórcios	45.703	71.086
Outras contas a receber	45.503	44.280
	17.213.907	16.685.214
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Clientes	17.047.626	10.464.215
	34.261.533	27.149.429
Total do ativo	34.261.533	27.149.429
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Fornecedores	9.053	2.478
Debêntures	3.127.906	4.349.698
Financiamentos	1.908.000	–
Obrigações trabalhistas e sociais	77.257	69.716
Obrigações tributárias	283.449	88.925
Obrigações tributárias Diferidas	498.569	–
Outras obrigações a pagar	358	–
Conta corrente com consórcios	56.179	234.122
	5.960.771	4.744.939
Não Circulante		
Debêntures	2.537.685	5.680.368
Empréstimo e Financiamento	3046644	–
Obrigações tributárias Diferidas	1.562.130	1.571.405
	7.146.459	7.251.773
Patrimônio líquido		
Capital social	7.000.000	7.000.000
Reserva legal	1.400.000	1.400.000
Reserva de lucros	12.754.303	6.752.717
	21.154.303	15.152.717
Total do passivo e patrimônio líquido	34.261.533	27.149.429

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

1. Contexto operacional

A Compuway Comercial e Serviços S.A. ("Companhia") é uma Sociedade anônima com sede em São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante, diretamente ou pela participação em outras sociedades, comércio e prestação de serviços de instalação, assistência técnica e manutenção de aparelhos, equipamentos e instrumentos de medida, teste e controle, desenvolvimento e licenciamento de programas e sistemas customizáveis e não customizáveis, locação, importação, exportação e montagem de equipamentos, serviços de engenharia, inclusive projetos, consultoria e gerenciamento, serviços de operação e manutenção de sistemas de saneamento, execução e administração de obras. A Companhia também opera através da participação em outras empresas (Consórcios) a seguir relacionadas: **1.1. Consórcios para atividades operacionais com custo compartilhado:** Na prestação de serviços de engenharia, existem consórcios constituídos para a execução das atividades operacionais dos contratos, onde as receitas são faturadas e registradas diretamente nos registros contábeis de cada consorciado e o custo é compartilhado e registrado nos consórcios: **a) Consórcio ENOPS-COMPUWAY VRP SUL:** para execução do Contrato e Prestação de Serviços de Engenharia junto a SABESP (nº 28.275/15); **b) Consórcio VD Vila do Encontro,** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (nº 14.330/16); **c) Consórcio Performance Meta,** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (nº 01.795/18); **d) Consórcio Performance Melhor Performance,** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (nº 02.174/18); **e) Consórcio Performance Itaim Paulista,** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (nº 03.971/19); **f) Consórcio Performance Ermelino Mata-razzo,** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (nº 407/20); **g) Consórcio Otimização Leste,** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (nº 641/20); **h) Consórcio Performance Vila Formosa,** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Sabesp (No. 02.578/21); **i) Consórcio Vidagua:** para execução do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia Junto a Cesan (nº 0262.22). **2. Apresentação das demonstrações contábeis e práticas contábeis materiais – 2.1. Apresentação das demonstrações contábeis:** A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis em 27 de março de 2025. As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e nos Pronunciamentos, nas Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à: (a) seleção das vidas úteis do ativo imobilizado; (b) avaliação de ativo intangível de vida útil indefinida; (c) provisões necessárias para passivos contingentes; (d) receitas de contratos – parte preponderante da receita de prestação de serviços é reconhecida levando em consideração o estágio de execução de cada contrato, denominado percentagem de obra concluída – POC. O método de reconhecimento de receita por meio do POC requer o uso de estimativas do orçamento de custos do projeto, a fim de estabelecer uma proporção e relação aos custos já incorridos. Essa proporção é aplicada sobre o valor da receita total contratada do projeto, determinando o montante da receita a ser reconhecida em cada período; (e) determinações de provisões para imposto de Renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. **2.2. Práticas contábeis materiais adotadas:** As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: **2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida. **2.2.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa, tal provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **2.2.3. Imobilizado:** O imobilizado é

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.000.000	1.000.000	4.348.259	(487.842)	9.860.417
Lucro líquido do exercício	–	–	–	7.738.582	7.738.582
Destinação para reserva de lucro	–	–	8.226.424	(8.226.424)	–
Aumento reserva Legal	–	400.000	(400.000)	–	–
Aumento Capital social	2.000.000	–	(2.000.000)	–	–
Dividendos distribuídos	–	–	(2.446.282)	–	(2.446.282)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	7.000.000	1.400.000	7.728.400	–	15.152.717
Lucro líquido do exercício	–	–	–	6.280.587	6.280.587
Destinação para reserva de lucro	–	–	6.280.587	(6.280.587)	–
Dividendos distribuídos	–	–	(279.000)	–	(279.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	7.000.000	1.400.000	11.283.705	–	21.154.303

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

	2024	2023
Receita operacional líquida	19.871.826	17.782.542
Custos dos serviços prestados	(11.423.999)	(7.761.226)
Lucro bruto	8.447.827	10.021.316
Despesas/receitas operacionais		
Gerais e administrativas	(80.125)	(86.214)
	(80.125)	(86.214)
Lucro antes do resultado financeiro	8.367.702	9.935.102
Resultado financeiro líquido	(1.426.196)	(1.616.456)
Lucro antes dos impostos	6.941.506	8.318.646
Imposto de Renda e Contribuição Social	–	–
Corrente	(440.184)	(370.610)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	(220.735)	(209.454)
	(660.919)	(580.064)
Lucro líquido do exercício	6.280.587	7.738.582

Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	6.280.587	7.738.582
(+) Outros resultados abrangentes	–	–
(=) Total do resultado abrangente do exercício	6.280.587	7.738.582

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	6.280.587	7.738.582
Itens que não afetam o caixa operacional	–	–
Provisão dos juros sobre debêntures	1.154.437	216.000
Apuração Diferido	489.294	–
Provisão de IR e CS	104.907	–
Lucro líquido do exercício ajustado	8.029.225	7.954.582
Aumento/diminuição dos ativos e passivos operacionais		
Clientes	(6.493.762)	(7.138.272)
Impostos a recuperar	(278.421)	723.110
Outras contas a receber	(1.223)	1.113
Fornecedores	6.575	(495)
Obrigações trabalhistas e sociais	7.541	19.205
Obrigações tributárias	424.894	(503.122)
Conta corrente com consórcios	(152.203)	109.295
Imposto de renda e contribuição social pagos	(335.277)	334.157
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(6.821.876)	(6.455.009)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do intangível	–	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	–	–
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação através de emissão de debêntures	–	7.633.867
Pagamento de principal	(4.364.475)	(4.720.402)
Pagamento de juros no exercício	(1.154.437)	(216.000)
Pagamento de partes relacionadas	–	–
Lucros distribuídos	(279.000)	(2.446.282)
Captação através de emissão	4.954.644	–
Pagamento de principal	–	–
Caixa líquido gerado/(aplicado) nas atividades de financiamentos	(843.268)	251.183
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	364.081	1.750.756
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.773.034	22.278
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	2.137.115	1.773.034
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	364.081	1.750.756

primeira vez em 2024

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **A) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1. Apresentação das demonstrações contábeis:** O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos: **•** O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período o relatório deve ser substancial e existir antes do término desse período **•** Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a covenants, tais covenants afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o covenant existir no final do período do relatório ou antes dele; **•** A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e **•** No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial. **B) Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2024:** Para as seguintes normas ou alterações a Administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: **•** Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) – exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável – efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025; **•** Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 4817 – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza – efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; **•** Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência elétrica para liquidação – efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; **2.4. IFRS 18 Apresentação de Informações e Divulgação nas Demonstrações Contábeis** – A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil – efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027.

Carlos José Teixeira Berenhauer

– Diretor Geral

Eduardo Cerquetani

– Diretor Financeiro

Thais Luz Fernandes

– CRS SP ISP 338.313/0-4

Aos Acionistas e Administradores da Compuway Comercial e Serviços S.A. – São Paulo-SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da **Compuway Comercial e Serviços S.A. ("Companhia")** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Compuway Comercial e Serviços S.A.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação

da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou de erros. A fraude pode ser mais difícil de detectar do que os erros, pois os fraudadores podem agir de maneira intencional e, em conjunto, possivelmente influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **•** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o

proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; **•** Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; **•** Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; **•** Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; **•** Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 27 de março de 2025. **BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.** CRC 2 SP 013.846/0-1 **André Silva Moura** Contador CRC 1 SP 300.564/0-7

BDO

BRASIL

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 15/04/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Stellantis Financiamentos Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

CNPJ/MF nº 03.502.961/0001-92 – NIRE 35.300.174.551

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de março de 2025

1) **Data, Hora e Local:** Aos 06 de março de 2025, às 10h00 horas, na sede da Stellantis Financiamentos Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Companhia"), na Avenida Maria Coelho Aguiar, 215, Bloco F, Andar 5 Parte, Jardim São Luis, CEP 05805-000, Cidade e Estado de São Paulo. 2) **Convocação:** Dispensada, tendo em vista a presença de 100% do capital social da Companhia, conforme consta do Livro de Presença de Acionistas da Companhia, nos termos do disposto no § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. 3) **Mesa:** Dominique Edmond Pierre Signora, como Presidente e Carolina Alexandra Mazmanian Bonfim, como Secretária. 4) **Ordem do Dia:** (i) Lavrar a ata em forma de sumário; (ii) Deliberar sobre a alteração do endereço da sede da Sociedade, bem como a consequente alteração do Artigo 2º do Estatuto Social; (iii) Consolidar o Estatuto Social da Companhia. 5) **Deliberações:** Após terem sido discutidas as matérias constantes da Ordem do Dia, as seguintes deliberações foram tomadas pela Acionista: (i) Autorizou a lavratura desta ata em forma de sumário; (ii) Aprovou a alteração do endereço da sede da Sociedade de Avenida Maria Coelho Aguiar, 215, Bloco F, Andar 5 Parte, Jardim São Luis, CEP 05805-000, Cidade e Estado de São Paulo para Avenida das Nações Unidas, 14.261, Vila Gertrudes, CEP 04794-000, 15º Andar – Ala B, Cidade e Estado de São Paulo. Diante do exposto acima, o Artigo 2 do Estatuto Social da Sociedade passará a vigor consoante a redação abaixo: **"Artigo 2.** A Companhia tem sede, foro e domicílio na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 14.261, Vila Gertrudes, CEP 04794-000, 15º Andar – Ala B." (iii) Em razão da alteração do Artigo 2º do Estatuto Social, promover sua consolidação, para maior facilidade e clareza, nos termos transcritos no Anexo I da presente Ata. 6) **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a assembleia foi suspensa para lavratura desta ata, que, lida, foi assinada por todos os presentes. 7) **Assinaturas:** Presidente: Dominique Edmond Pierre Signora; Secretária: Carolina Alexandra Mazmanian Bonfim. Acionista: Stellantis Financial Services Europe S.A., representado por seu procurador Jean Pierre Avril. Mesa: Dominique Edmond Pierre Signora – Presidente da Mesa; Carolina Mazmanian Bonfim – Secretária da Mesa. Anexo I – Estatuto Social. Capítulo I – Da Denominação, Sede, Foro, Objeto e Duração. Artigo 1 A Stellantis Financiamentos Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A., adiante referida simplesmente como Companhia, é uma instituição financeira privada, constituída sob a forma de sociedade anônima, regendo-se pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. Artigo 2 A Companhia tem sede, foro e domicílio na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 14.261, Vila Gertrudes, CEP 04794-000, 15º Andar – Ala B. Artigo 3 A Companhia tem como objeto social a realização de operações de crédito, financiamento, investimento e empréstimo em geral, incluindo, mas não se limitando, financiamento para capital de giro e para aquisição de bens e serviços, e demais atividades permitidas pela legislação e regulamentação em vigor. A Companhia poderá participar de quaisquer outras sociedades ou grupos de sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócio, acionista ou quotista, observadas as restrições e exigências regulamentares aplicáveis. Artigo 4 O prazo de duração da Companhia é indeterminado. Capítulo II – Do Capital Social e Ações. Artigo 5 O capital social é de R\$ 1.029.755.831,86 (um bilhão, vinte e nove milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e trinta e um reais e oitenta e seis centavos), totalmente integralizado em moeda corrente do País e em créditos, dividido em 938.315.692,261 (novecentos e trinta e oito bilhões, trezentos e quinze milhões, seiscentos e noventa e dois mil, duzentos e sessenta e uma) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. § Único Cada ação ordinária conferirá ao seu titular direito a um voto nas Assembleias Gerais da Companhia. Capítulo III – Da Administração. Artigo 6 A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, na forma da lei, deste estatuto social. Artigo 7 A Assembleia Geral fixará a remuneração global anual dos administradores, e caberá ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba individualmente. Seção I – Do Conselho de Administração. Artigo 8 O Conselho de Administração da Companhia será composto de 3 (três) a 9 (nove) membros, residentes ou não no País, eleitos pela Assembleia Geral com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. § 1º O Conselho de Administração designará, dentre os conselheiros eleitos, o Presidente do Conselho de Administração. § 2º Findo o prazo de mandato previsto no caput deste Artigo, os membros do Conselho de Administração permanecerão em seus cargos até a posse de seus respectivos substitutos eleitos pela Assembleia Geral. Artigo 9 A investidura no cargo de conselheiro far-se-á após aprovação concedida pelo Banco Central do Brasil, mediante assinatura do termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração da Companhia. Artigo 10 Além de outras atribuições previstas em lei e neste Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração: a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; b) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar sua remuneração; c) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e sobre quaisquer outros atos; d) convocar, na forma deste Estatuto Social, as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias; e) manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria; f) escolher e destituir os auditores independentes; g) submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação, obedecida a regulamentação para a constituição de reservas obrigatórias, do lucro líquido apurado em cada exercício social; h) submeter à Assembleia Geral a proposta de qualquer alteração significativa no objeto social da Companhia, incluindo a inclusão de qualquer nova linha de negócios; i) alterações nas regras internas da Companhia e propostas, à Assembleia Geral de Acionistas, de alteração deste Estatuto Social (salvo no caso de alterações técnicas conforme venham a ser exigidas pela legislação aplicável); j) aprovação do orçamento anual (com exceção de recálculos) da Companhia; k) propostas à Assembleia Geral de fusão, cisão, incorporação, contribuições, drop-down ou transações equivalentes envolvendo a Companhia, bem como transformação, dissolução ou liquidação da Companhia; l) aprovação, definição ou alteração de princípios, políticas e diretrizes internas da Companhia, conforme determinado pela legislação e regulamentação vigentes; m) aquisição ou alienação de ativos de titularidade da Companhia, que não tenham sido aprovadas no orçamento, por preço incluindo, para fins de esclarecimento, cessão ou assunção de dívidas) ou por enterprise value, superior a R\$750.000,00; n) criação de filiais ou constituição de sociedades controladas pela Companhia; o) salvo se permitido pelos princípios, políticas e diretrizes internas da Companhia, contrair dívidas e empréstimos, que não tenham sido aprovados no orçamento, superiores a R\$ 620.000.000,00; p) propostas à Assembleia Geral de Acionistas relativas a aumento ou redução do capital social da Companhia; q) despesas (capital expenditures) da Companhia, não aprovadas no orçamento, superiores a R\$750.000,00; r) celebração, rescisão ou aditamento material de contratos materiais celebrados entre a Companhia e terceiro, não aprovados no orçamento, envolvendo a realização ou recebimento de pagamento anual superior a R\$ 750.000,00; s) celebração, rescisão ou aditamento material de qualquer contrato entre a Companhia e qualquer (i) de seus acionistas, e/ou (ii) sociedade controlada por, controladora de ou que esteja sob o controle comum com qualquer acionista da Companhia; t) qualquer alteração (i) nas condições dos contratos de trabalho que possam aumentar os custos totais de pessoal da Companhia em mais de R\$ 750.000,00 por ano, ou (ii) na remuneração de qualquer empregado da Companhia em mais de R\$ 200.000,00 por ano; u) início de litígios, ou celebração de acordo em litígios, ou decisão estratégica em litígios em andamento (p.ex., recorrer ou deixar de recorrer) com relação a ações que envolvam montante superior a R\$ 520.000,00; v) aprovação de qualquer mudança ou alteração na organização da Companhia nos níveis de departamento, ou acima, e de suas respectivas funções; e w) deliberação sobre qualquer matéria ou controvérsia apresentada ao Conselho de Administração por qualquer Diretor. Artigo 11 O Conselho de Administração reunir-se-á ao menos uma vez por ano e extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação do Presidente ou mediante proposta de qualquer de seus membros, (i) com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência em primeira convocação, e com pelo menos 3 (três) dias de antecedência em segunda convocação, ou (ii) com 1 (um) dia útil de antecedência em casos de emergência. § 1º A ordem do dia das reuniões do Conselho de Administração será determinada pelo Presidente ou pelo membro que convocar a reunião. Além da ordem do dia, da convocação da reunião deverá também constar a data, local e horário da reunião, devendo estar acompanhada dos documentos necessários para a discussão de tais matérias. Qualquer membro do Conselho de Administração poderá incluir novas matérias à ordem do dia, desde que tal inclusão seja acompanhada dos documentos necessários à discussão de tais matérias e seja observada a antecedência prevista no caput deste Artigo. § 2º As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de 2 (dois) conselheiros. Caso tal quorum não seja verificado em primeira convocação, o mesmo quorum será necessário para que se instale a reunião do Conselho de Administração em segunda convocação. Caso o quorum tampouco seja verificado em segunda convocação, a reunião do Conselho de Administração poderá ser convocada por uma terceira vez e instalar-se-á com a presença de qualquer número de conselheiros. § 3º Os conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração pessoalmente ou remotamente, inclusive por meio de teleconferência, videoconferência, internet ou por qualquer outro meio que permita a comunicação em tempo real, ficando estabelecido que (i) tal meio deve ser acordado antecipadamente entre os Conselheiros, e (ii) mediante requisição prévia, tal conselheiro terá o direito de participar da reunião e proferir o seu voto (e ser considerado como presente para fins de verificação do quorum). § 4º Os conselheiros poderão enviar o seu voto por escrito para qualquer dos demais conselheiros que estejam presentes na reunião, via e-mail, fac-símile, carta registrada ou carta entregue pessoalmente. § 5º As decisões do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos. § 6º As atas das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas em livro próprio e assinadas por todos os membros presentes. § 7º Serão arquivadas no Registro do Comércio e publicadas as atas das reuniões do Conselho de Administração que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros. Artigo 12 O Conselho de Administração poderá determinar a criação de comitês de natureza consultiva, para auxiliar os conselheiros no exercício de suas atribuições. Competirá ao Conselho de Administração definir a composição e as atribuições destes comitês de natureza consultiva. Seção II – Da Diretoria. Artigo 13 A Diretoria da Companhia será composta por 7 (sete) membros, acionistas ou não, todos residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração com mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição, sendo um Diretor Presidente ("CEO"), um Diretor Financeiro ("CFO"), um Diretor de Risco ("CRO"), um Diretor de Operações ("COO"), um Diretor Comercial ("CCO"), um Diretor de Marketing ("CMO") e um Diretor de TI ("CTO"). § 1º Em caso de falta, vacância ou impedimento temporário de qualquer dos Diretores, este será substituído por outro Diretor indicado pelo Conselho de Administração. § 2º Findo o prazo de mandato previsto no caput deste Artigo, os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse de seus respectivos substitutos, eleitos pelo Conselho de Administração. Artigo 14 A investidura no cargo de Diretor far-se-á após aprovação concedida pelo Banco Central do Brasil, mediante assinaturas do termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reunião de Diretoria. Artigo 15 A Diretoria fica investida dos mais amplos poderes para praticar todos e quaisquer atos relativos aos objetos e fins da Companhia, inclusive o de transigir, celebrar acordos, renunciar direitos, prestar fianças, adquirir, permutar, alienar e onerar, por qualquer forma, bens e direitos da Companhia, salvo para as hipóteses em que se fizer necessária a prévia aprovação do Conselho de Administração. § 1º Todos os atos e instrumentos, inclusive notas promissórias, letras de câmbio ou outros títulos equivalentes, que criem, modifiquem ou extingam obrigações atinentes à Companhia, serão obrigatoriamente assinados: (i) Por 02 Diretores em conjunto; ou (ii) 1 (um) procurador com poderes especiais em conjunto com 1 (um) Diretor; ou (iii) 2 (dois) procuradores com poderes especiais. § 2º A Companhia poderá, por meio da assinatura de quaisquer Diretores agindo em conjunto, respeitado o disposto no § 1º acima, nomear procuradores para representá-la nos limites dos poderes expressos conferidos nos respectivos mandatos, os quais, com exceção daqueles para fins judiciais, terão um prazo de validade não superior a 2 (dois) anos. § 3º A Companhia poderá ser, excepcionalmente, representada por 1 (um) único Diretor ou procurador com poderes especiais, nos termos que vierem a ser aprovados pelo Conselho de Administração, sendo certo que tais instrumentos de mandato terão prazo de validade não superior a 2 (dois) anos. § 4º A Companhia poderá ser representada por um Diretor, isoladamente, ou por um procurador, isoladamente, independentemente de prévia autorização da Diretoria, do Conselho de

Administração ou da Assembleia, para praticar os atos de representação da Companhia em juízo, em processos administrativos, e perante repartições públicas e autoridades administrativas em geral, nas esferas federal, estadual e municipal e demais órgãos da administração direta e indireta quanto à apresentação e retirada de documentos, solicitação de certidões, assinatura de formulários, declarações, petições e recursos, procedimentos de registro, fornecimento e recebimento de informações. O Diretor ou o procurador deverá identificar os demais Diretores acerca dos atos praticados. Artigo 16 A Diretoria não atuará como um órgão colegiado, exceto para a criação de comitês, conforme previsto no Artigo 19 abaixo, incluindo a indicação de seus membros e a aprovação de seus regimentos internos. Artigo 17 Não obstante o disposto no Artigo 16 acima, a Diretoria reunir-se-á ao menos uma vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação do CEO. § Único Das reuniões da Diretoria lavrar-se-á a competente ata em livro próprio, que será assinada por todos os presentes. Artigo 18 Qualquer desacordo entre os membros da Diretoria deverá ser levado ao CEO, que atuará como mediador da questão. Caso persista o desacordo, a matéria em questão deverá ser decidida pelo Conselho de Administração da Companhia. Artigo 19 A Diretoria poderá determinar a criação de comitês de natureza consultiva, para auxiliar os diretores no exercício de suas atribuições. Competirá à Diretoria definir a composição e as atribuições destes comitês de natureza consultiva. Capítulo IV – Do Conselho Fiscal. Artigo 20 A Companhia terá um Conselho Fiscal composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, cujas funções e atribuições são aquelas previstas em lei e indelegáveis. § 1º O Conselho Fiscal somente funcionará nos exercícios sociais em que for instalado por qualquer Assembleia Geral, ainda que a matéria não conste do respectivo anúncio de convocação, a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 1/10 (um décimo) das ações com direito a voto. § 2º Caberá à Assembleia Geral que instalou o Conselho Fiscal eleger os seus membros, bem como fixar, em conformidade com o disposto no Artigo 162, § 3º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, as suas respectivas remunerações. § 3º O período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária a ser realizada após a sua instalação. § 4º As atribuições e os poderes do Conselho Fiscal são aqueles definidos em lei. Capítulo V – Do Comitê de Remuneração. Artigo 21 A Companhia terá um Comitê de Remuneração, composto por no mínimo 4 e no máximo 8 membros, que serão nomeados e destituídos a qualquer tempo pelo Conselho de Administração da Companhia. § 1º Pelo menos um dos membros do Comitê de Remuneração não será administrador da Companhia. § 2º Os membros do Comitê de Remuneração deverão ter as qualificações e a experiência necessárias ao exercício de julgamento competente e independente sobre a política de remuneração da Companhia, inclusive sobre as repercussões dessa política na gestão de riscos. § 3º Os membros do Comitê de Remuneração terão mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição desde que o prazo de sua permanência no Comitê de Remuneração não exceda o limite máximo de 10 (dez) anos. § 4º Os membros do Comitê de Remuneração não farão jus a qualquer remuneração pelo exercício desse cargo. § 5º O Conselho de Administração poderá destituir membro do Comitê de Remuneração a qualquer tempo. Artigo 22 São atribuições do Comitê de Remuneração: (i) elaborar a política de remuneração dos administradores da Companhia, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração dos administradores da Companhia; (iii) revisar anualmente a política de remuneração dos administradores da Companhia, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao Conselho de Administração da Companhia o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei nº 6.404/76; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração dos administradores da Companhia; (vi) analisar a política de remuneração dos administradores da Companhia em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários ao Conselho de Administração da Companhia; (vii) zelar para que a política de remuneração dos administradores da Companhia esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da referida instituição e com o disposto na regulamentação aplicável; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, com observância das prescrições legais regulamentares aplicáveis, relativamente à data-base de 31 de dezembro de cada ano. Artigo 23 Competirá ao Conselho de Administração definir as demais regras de funcionamento do Comitê de Remuneração da Companhia, incluindo as formas de convocação, instalação e deliberação de suas reuniões. Capítulo VI – Da Assembleia Geral. Artigo 24 A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, e extraordinariamente sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem. Artigo 25 A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração. § ÚNICO O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador, constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado. Artigo 26 A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á 1 (uma) vez por ano, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, incluindo sua alocação para reservas; e c) eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando for o caso. Artigo 27 Além das matérias previstas em lei, caberá à Assembleia Geral Extraordinária decidir sobre as seguintes matérias: a) Aprovar alterações ao Estatuto Social; b) Aprovar aumentos ou reduções do capital social da Companhia, bem como a criação de nova classe de ações ou modificações nas preferências, vantagens ou características das classes já existentes; c) Aprovar incorporação, cisão, fusão, contribuições, drop-down envolvendo a Companhia ou sua transformação em outro tipo societário; d) Aprovar a dissolução ou liquidação da, bem como a apresentação de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia; e) Aprovar a distribuição intermediária de lucros da Companhia, nos termos do Artigo 33 abaixo; f) Aprovar a eleição e destituição dos membros do Conselho de Administração, bem como a remuneração global a ser oferecida aos membros da administração da Companhia; g) Todas as demais matérias previstas no Art. 122 da Lei 6.404/76. Artigo 28 As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções estatutárias ou legais, serão tomadas por maioria de votos, com computação dos votos em branco. Capítulo VII – Da Ouvidoria. Artigo 29 A Companhia terá uma Ouvidoria, composta de 1 (um) Ouvidor, designado e destituído pelo Conselho de Administração, mediante o quorum definido no Parágrafo 5º do Artigo 11 do Estatuto Social, com mandato de 24 (vinte e quatro) meses. § 1º O Ouvidor será nomeado dentre pessoas que preencham as condições e os requisitos mínimos para garantir o bom funcionamento da Ouvidoria, devendo ter aptidão em temas relacionados à ética, aos direitos e defesa do consumidor e à mediação de conflitos. § 2º A Ouvidoria terá por atribuição: a) prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da Companhia; b) atuar como canal de comunicação entre a Companhia e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; e c) informar ao conselho de administração ou, na sua ausência, à diretoria da Companhia a respeito das atividades de Ouvidoria. § 3º Constituem atividades da Ouvidoria: a) atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços; b) prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta, o qual não pode ultrapassar 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação; c) encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto no item anterior; d) manter o conselho de administração ou, na sua ausência, a diretoria da Companhia, informado sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da Companhia para solucioná-los; e e) elaborar e encaminhar à auditoria interna, ao conselho de administração ou, na sua ausência, à diretoria da Companhia, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições. § 4º O Conselho de Administração pode destituir o Ouvidor a qualquer tempo, caso o mesmo descumpra as atribuições previstas no § 2º e/ou as atividades previstas no § 3º deste Artigo bem como em decorrência da perda de vínculo funcional com a Companhia, alteração de função dentro da Companhia, conduta ética incompatível com a função ou eventuais práticas e condutas que justifiquem a destituição. § 5º O Ouvidor poderá renunciar ao cargo a qualquer momento, mediante apresentação de requerimento nesse sentido ao Conselho de Administração. § 6º A Companhia deverá: a) criar condições adequadas para o funcionamento da Ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção; e b) assegurar o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições. Capítulo VIII – Do Exercício Social e Demonstrações Financeiras. Artigo 30 O exercício social coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Artigo 31 Ao fim de cada exercício social e no dia 30 de junho de cada ano, a Diretoria fará elaborar, com base nos registros contábeis da Companhia, as demonstrações financeiras previstas em lei. Capítulo IX – Das Reservas, Lucros e Dividendos. Artigo 32 O lucro líquido de cada exercício social terá a sua destinação efetuada de acordo com a seguinte ordem: a) aplicação de 5% (cinco por cento) na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social, observado o disposto no artigo 193, § 1º da Lei nº 6.404/76; b) 50% (cinquenta por cento) a título de distribuição do dividendo obrigatório; e c) o saldo remanescente dos lucros será destinado para reserva de lucro para assegurar a manutenção do nível de capitalização da Companhia, ou distribuído aos acionistas como dividendo, conforme decisão da Assembleia Geral. § 1º A reserva de que trata a alínea "c" acima tem por finalidade: (i) assegurar recursos para investimentos, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76; e/ou (ii) reforçar o capital de giro e a estrutura de capital da Companhia; e/ou (iii) ser utilizada em operações de resgate, amortização, reembolso ou aquisição de valores mobiliários de emissão da própria Companhia; e/ou (iv) ser aplicada em dividendos ou bonificações aos acionistas, ou sua capitalização; e/ou (v) permitir à Companhia não distribuir lucros que não tenham sido realizados em dinheiro e não se enquadrem nas hipóteses previstas no artigo 197 da Lei nº 6.404/76. Para fins do artigo 194, inciso III da Lei nº 6.404/76, o saldo desta reserva de lucros, somado ao saldo das demais reservas de lucros (exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar), não poderá ultrapassar 100% do capital social da Companhia. § 2º As reservas referidas nas alíneas a) e c) não poderão, em conjunto, ultrapassar o capital social. § 3º A constituição da reserva de lucro referida na alínea c) deste Artigo, bem como a retenção, nos termos do Artigo 196 da Lei de nº 6.404/76, de parcela do lucro líquido prevista em orçamento de capital, não poderão ser aprovadas, em cada exercício social, em prejuízo da distribuição do dividendo obrigatório de que trata o Artigo 32 deste Estatuto. Artigo 33 A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como, por proposta do Conselho de Administração aprovada em Assembleia Geral (ou por iniciativa desta última), pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá, ainda, mediante proposta do Conselho de Administração aprovada em Assembleia Geral (ou por iniciativa desta última), pagar dividendos intermediários ou juros sobre o capital próprio à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. § 2º Os dividendos distribuídos ou juros sobre o capital próprio pagos nos termos deste Artigo 33 serão imputados ao dividendo obrigatório. Artigo 34 Os dividendos previstos na alínea b) do Artigo 32 deste Estatuto não serão obrigatórios nos exercícios em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral que tais dividendos são incompatíveis com a situação financeira da Companhia. Artigo 35 A Assembleia Geral poderá, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, deliberar a distribuição de dividendo inferior àquele previsto na alínea b) do Artigo 32, ou a retenção de todo o lucro. Capítulo X – Da Dissolução e Liquidação. Artigo 36 A Companhia dissolver-se-á nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral. § Único Em caso de dissolução da Companhia, caberá à Assembleia Geral: (i) determinar a forma de liquidação; (ii) nomear o liquidante e fixar a sua remuneração; (iii) eleger, caso o Conselho Fiscal seja convocado pelos acionistas durante a fase de liquidação, seus respectivos membros. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 98.623/25-4 em 24/03/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 15/04/2025

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Chongtar Empreendimentos e Participações S.A.

(em fase de organização)

Ata de Assembleia Geral de Constituição

1. **Data, Hora e Local:** No dia 23 de abril de 2024, às 16:00 horas, realizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Padre Luciano, 97 – Jardim França, CEP 02337-080. 2. **Presença:** A totalidade dos subscritores do capital social inicial da Companhia em organização, devidamente qualificados nos Boletins de Subscrição, que constituem o documento nº 01, anexo à ata a que se refere esta Assembleia de Constituição, a saber, Gabriela Albuquerque Pace e Edson Vicente da Silva Filho. 3. **Mesa:** Presidente: Edson Vicente da Silva Filho; Secretária: Gabriela Albuquerque Pace. 4. **Convocação:** Dispensada a convocação prévia consoante ao disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **Ordem do Dia:** Discutir e deliberar sobre: (i) a constituição de uma sociedade por ações fechada sob a denominação **Chongtar Empreendimentos e Participações S.A.**; (ii) a aprovação do projeto do Estatuto Social que regerá os atos da Companhia; (iii) a eleição dos membros da Diretoria da Companhia; e (iv) outros assuntos de interesse. 5. **Deliberações:** 6.1 Aporar a constituição de uma sociedade anônima sob a denominação de **Chongtar Empreendimentos e Participações S.A.** com Sede e Foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Padre Luciano, 97 – Jardim França – CEP 02337-080. 6.2 Aprovar o capital social inicial de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), representado por 150(cento e cinquenta ações) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas neste ato. O Capital está totalmente integralizado, tendo sido constatada a realização em dinheiro, de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) depositados em conta vinculada no Banco do Brasil S/A., nos termos dos artigos 80, III e 81 da Lei nº 6404/76, tudo de acordo com os Boletins de Subscrição e o Recibo de Depósito que constituem os documentos nºs. 01 e 02 anexos a Ata a que se refere esta Assembleia de Constituição. 7. Aprovar o projeto de Estatuto Social da Companhia, cuja redação consolidada constitui o documento nº 03 anexo à ata a que se refere esta Assembleia de Constituição, dando-se assim por efetivamente constituída a **Chongtar Empreendimentos e Participações S.A.** em razão do cumprimento de todas as formalidades legais. 8. Eleger o Sr. **Edson Vicente da Silva Filho**, brasileiro, natural do município de São Paulo, casado, sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 48.351.732-X (SSP-SP) e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas sob nº 366.209.668.45, com endereço residencial na R. Quinze de Novembro, 200 – Centro Histórico de São Paulo – 01013-000, para o cargo de Diretor Presidente, e a Sra. **Gabriela Albuquerque Pace**, brasileira, natural do município de São Paulo, casada, sob regime de comunhão parcial de bens, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 44.072.471-5 SSP-SP e titular do CPF nº 352.021.748-10 com endereço residencial na R. Quinze de Novembro, 200 – Centro Histórico de São Paulo – 01013-000, para o cargo de Diretora sem designação específica, ambos com mandato de 2 (dois) anos, os quais declaram não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil, e ato contínuo tomaram posse mediante termo lavrado e arquivado na sede da Companhia. 9. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia na forma sumária, nos termos do artigo 130, do parágrafo 1º da Lei 6404/76. 6. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia, que foi aprovada pela unanimidade dos subscritores da Companhia. 7. **Acionistas:** Gabriela Albuquerque Pace e Edson Vicente da Silva Filho. Certifico que a presente Ata é cópia fiel da via lavrada em livro próprio. São Paulo, 23 de Abril de 2024. Edson Vicente da Silva Filho – Presidente; Gabriela Albuquerque Pace – Secretária. **Estatuto Social. Capítulo I – Da Denominação, Sede, Foro, Prazo de Duração e Objeto.** Artigo 1º. A **Chongtar Empreendimentos e Participações S.A.** é uma sociedade anônima, que se regerá pelas leis e usos do comércio, por este estatuto social e pelas disposições legais e aplicáveis. Artigo 2º. A sociedade terá por objeto a) Administração de imóveis próprios, e b) Participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista (holding). Artigo 3º. A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Padre Luciano, 97 – Jardim França – CEP 02337-080, São Paulo, Estado de São Paulo, podendo por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior. Artigo 4º. O jornal de grande circulação que a empresa utiliza para publicação de seus atos e documentos é o jornal Data Mercantil, de forma impressa e digital. Artigo 5º. A Companhia iniciará suas atividades em 11 de abril de 2024, e seu prazo de duração será indeterminado. **Capítulo II – Do Capital Social e Ações.** Artigo 6º. O Capital Social da Companhia é de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), dividido em 150 (cento e cinquenta ações) ordinárias todas nominativas e sem valor nominal. § 1º. Todas as ações da Companhia serão nominativas, facultada adoção da forma escritural, em conta corrente de depósito mantida em nome de seus titulares, junto à instituição financeira indicada pela Diretoria, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do artigo 35 da Lei 6.404/76. § 2º. A cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais. § 3º. A capitalização de lucros ou de reservas será obrigatoriamente efetivada sem modificação do número de ações. O grupamento e o desdobramento de ações são também expressamente proibidos, exceto se previamente aprovado em Assembleia Especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. § 4º. Poderão ser emitidas sem direito de preferência para os antigos acionistas, ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no artigo 172 da Lei 6.404/76, desde que a eliminação do direito de preferência seja previamente aprovada em Assembleia especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. § 5º. A alteração deste Estatuto Social na parte que regula a diversidade de espécies e/ou classes de ações não requererá a concordância de todos os titulares das ações atingidas, sendo suficiente a aprovação de acionistas que representem a maioria tanto do conjunto das ações com direito a voto, quando de cada espécie ou classe. § 6º. A emissão de debêntures conversíveis, bônus de subscrição, outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações e partes beneficiárias, estas conversíveis ou não, bem como a outorga de opção de compra de ações dependerá da prévia aprovação de acionistas representando a maioria das ações de cada espécie ou classe de ações. Artigo 7º. Os certificados representativos das ações serão sempre assinados por dois Diretores, ou mandatários com poderes especiais, podendo a Companhia emitir títulos múltiplos ou cautelas. Parágrafo Único. Nas substituições de certificados, bem como na expedição de segunda via de certificados de ações nominativas, será cobrada uma taxa relativa aos custos incorridos. Artigo 8º. O montante a ser pago pela Companhia a título de reembolso pelas ações detidas por acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados por lei, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação aceita pela Lei nº 9.457/97, sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial apurado de acordo com o artigo 45 da Lei nº 6.404/76. Artigo 9º. A Companhia só registrará a transferência de ações se forem observadas as disposições pertinentes do Acordo de Acionistas, desde que esteja arquivado em sua sede. **Capítulo III – Da Administração.** Artigo 10º. A companhia será administrada por uma Diretoria, composta por 2 (dois) Diretores, sendo um Diretor-Presidente e um Diretor sem designação específica, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto. § 1º. O mandato da Diretoria será de 02 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo o mandato prorrogado, automaticamente, até a eleição e posse dos respectivos substitutos. § 2º. A investidura dos Diretores far-se-á mediante termo

lavrado no livro de “Atas das Reuniões da Diretoria”. Os Diretores reeleitos serão investidos nos seus cargos pela própria Assembleia Geral, dispensadas quaisquer outras formalidades. § 3º. Em caso de vaga, será convocada a Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto, que completará o mandato do Diretor substituído, com observância dos direitos de eleição em separado previstos no § 2º do artigo 5º deste Estatuto. § 4º. Em suas ausências ou impedimentos eventuais, os Diretores serão substituídos por quem vierem a indicar. § 5º. Compete a Diretoria conceder licença aos Diretores, sendo que esta não poderá exceder a 30 (trinta) dias, quando remunerada. § 6º. A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual, ficando os Diretores dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão. Artigo 11º. A Diretoria terá plenos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto social, observado o disposto neste Estatuto. § 1º. Além das demais matérias submetidas a sua apreciação por este Estatuto, compete à Diretoria, reunida em colegiado: a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; b) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; c) Manifestar-se previamente sobre os relatórios, contas e orçamentos e propostas elaboradas pelos Diretores para apresentação à Assembleia Geral; e d) Distribuir entre os membros da Diretoria, a verba global dos Diretores, fixarem em Assembleia Geral, se for o caso. § 2º. A Diretoria reunir-se-á preferencialmente na Sede Social, sempre que convier aos interesses sociais, por convocação escrita, com indicação circunstanciada da ordem do dia, subscrita pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 3 (três) dias, exceto se a convocação e/ou o prazo forem renunciados, por escrito, por todos os Diretores. § 3º. A Diretoria somente se reunirá com a presença de, no mínimo, 2 (dois) Diretores, considerando-se presente o Diretor que enviar voto escrito sobre as matérias objeto da ordem do dia. § 4º. As decisões da Diretoria serão tomadas pelo voto favorável da maioria de seus membros presentes à reunião. § 5º. As reuniões da Diretoria serão objeto de atas circunstanciadas, lavradas em livro próprio. Artigo 12º. Os Diretores terão a representação ativa e passiva da Companhia, incumbindo-lhes executar e fazer executar, dentro das respectivas atribuições, as deliberações tomadas pela Diretoria e pela Assembleia Geral, nos limites estabelecidos pelo presente Estatuto. Artigo 13º. A Companhia somente poderá assumir obrigações, renunciar a direitos, transigir, dar quitação, alienar ou onerar bens do ativo permanente, bem como emitir, garantir ou endossar cheques ou títulos de crédito, mediante instrumento assinado pelo Diretor Presidente, isoladamente, por 2 (dois) Diretores, em conjunto, por 1 (um) Diretor e 1 (um) mandatário ou, ainda, por 2 (dois) mandatários, constituídos especialmente para tal, observados quanto à nomeação de mandatários o disposto no parágrafo 1º deste artigo. § 1º. Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia serão sempre assinados pelo Diretor Presidente, isoladamente, ou por 2 (dois) Diretores, devendo especificar os poderes concedidos e terão prazo certo de duração, limitado há um ano, exceto no caso de mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado. § 2º. Excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada nos atos a que se refere o Caput deste artigo mediante a assinatura isolada de um Diretor ou de um mandatário, desde que haja, em cada caso específico, autorização expressa da Diretoria. **Capítulo IV – Assembleia Geral.** Artigo 14º. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao término do exercício social para fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem. § 1º. A Assembleia Geral poderá ser convocada, na forma da lei, por quaisquer 2 (dois) Diretores e será presidida pelo Diretor Presidente, que designará um ou mais secretários. § 2º. As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, e neste estatuto, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco. § 3º. Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatários nomeados na forma do § 1º do artigo 126 da Lei 6.404/76, devendo os respectivos instrumentos de mandato ser depositados, na sede social, com 03 (três) dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral. **Capítulo V – Conselho Fiscal.** Artigo 15º. O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei, e será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia geral em que for requerido o seu funcionamento. § 1º. Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger. § 2º. As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio. **Capítulo VI – Exercício Social e Lucros.** Artigo 16º. O exercício social terminará no dia 02 de março de cada ano. Ao fim de cada exercício a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras previstas em Lei, observadas as normas então vigentes, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro do exercício. Artigo 17º. Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% (vinte por cento) do capital social. Do saldo, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. § 1º. Atribuir-se-á Reserva para Investimentos, que não excederá a 80% (oitenta por cento) do Capital Social subscrito, importância não inferior a 5% (cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da lei nº 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital, ou a criação de novos empreendimentos. § 2º. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral. Artigo 18º. Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral, e, se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. Artigo 19º. A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos a conta de lucros apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei. § 1º. Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à sua conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço levantado, inclusive à conta da reserva para Investimentos a que a que se refere o § 1º do artigo 16. § 2º. Também, mediante decisão da Assembleia Geral, os dividendos ou dividendos intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social. § 3º. Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório. **Capítulo VII – Liquidação.** Artigo 20º. A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da Assembleia Geral ou nos demais casos previstos em lei. § 1º. A Assembleia Geral que deliberar sobre a liquidação caberá nomear o respectivo liquidante e fixar-lhe a remuneração. § 2º. A Assembleia Geral, se assim solicitarem acionistas que representem o número fixado em lei, elegerá o Conselho Fiscal, para o período da liquidação. Acionistas: Gabriela Albuquerque Pace e Edson Vicente da Silva Filho. Certifico que a presente Ata é cópia fiel da via lavrada em livro próprio. São Paulo, 23 de abril de 2024. Edson Vicente da Silva Filho – Presidente; Gabriela Albuquerque Pace – Secretária. Visto do Advogado Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o NIRE 35.300.650.492 em 04/11/2024. Aloizio Epifânio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Dorris SP Participações S.A.

CNPJ nº 12.909.302/0001-66

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares. São Paulo, 14 de abril de 2025. **A Administração.**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS PERÍODOS FINDOS EM 31/12/2024 E 31/12/2023 (Saldo em R\$)

Balanço Patrimonial				Demonstração das mutações do patrimônio líquido						
	Controladora		Consolidado		Individual	Capital social	Reservas de lucros	Atribuível aos acionistas da controladora – AFAC	Lucros acumulados	Total Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	Saldos em 31/12/2022	64.606.174,00	(6.568.123,62)	82.000,00	-	58.120.050,38
Caixa e equivalentes de caixa	1.255,09	883,15	1.727.168,29	9.711.047,03	Ajustes de exercícios anteriores	-	822.990,67	-	-	822.990,67
Contas e aluguéis a receber	-	-	1.671.801,31	1.325.162,59	AFAC	-	-	855.630,00	-	855.630,00
Adiantamentos a terceiros	-	-	679,00	4.470,75	Resultado do exercício	-	-	-	8.695.757,96	8.695.757,96
Impostos a recuperar	348.440,40	323.779,79	437.137,87	400.550,44	Reserva legal	-	434.787,90	-	(434.787,90)	-
Outros créditos	686.764,70	686.764,70	830.934,25	686.764,70	Reserva para retenção de lucros	-	8.260.970,06	-	(8.260.970,06)	-
Ativo circulante	1.036.460,19	1.011.427,64	4.667.720,72	12.127.995,51	Distribuição de dividendos	-	(4.005.605,90)	-	-	(4.005.605,90)
Outros créditos	-	-	1.091.914,06	1.107.243,21	Saldos em 31/12/2023	64.606.174,00	(1.054.980,89)	937.630,00	-	64.488.823,11
Partes relacionadas	-	-	-	87.883,83	Ajustes de exercícios anteriores	-	7.296,63	-	7.296,63	-
Investimentos	72.705.883,94	82.841.019,32	-	-	AFAC	-	-	254.600,00	-	254.600,00
Propriedades para investimento	-	-	70.068.902,78	72.285.782,78	Resultado do exercício	-	-	-	11.135.773,28	11.135.773,28
Intangível	-	-	2.822,59	8.229,90	Reserva legal	-	556.788,66	-	(556.788,66)	-
Ativo não circulante	72.705.883,94	82.841.019,32	71.163.639,43	73.489.139,72	Reserva para retenção de lucros	-	10.578.984,62	-	(10.578.984,62)	-
Ativo	73.742.344,13	83.852.446,96	75.831.360,15	85.617.135,23	Distribuição de dividendos	-	(21.010.584,69)	-	-	(21.010.584,69)
Fornecedores	604,08	1.742,63	200.422,47	115.073,75	Saldos em 31/12/2024	64.606.174,00	(10.922.495,67)	1.192.230,00	-	54.875.908,33
Empréstimos e financiamentos	1.504.695,44	1.372.741,82	1.504.695,44	1.372.741,82						
Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias	172,81	210,15	821.093,27	645.530,07						
Partes relacionadas	-	-	3.858,68	-						
Outras contas a pagar	-	-	-	47.549,19						
Passivo circulante	1.505.472,33	1.374.694,60	2.530.069,86	2.180.894,83	(Decréscimo) / acréscimo em passivos:					
Empréstimos e financiamentos	17.351.310,57	17.980.412,66	17.351.310,57	17.980.412,66	Fornecedores	(1.138,55)	(15.131,19)	85.348,72	(1.212.591,90)	-
Provisão para perdas nos investimentos	9.652,90	8.516,59	-	8.516,59	Obrigações trabalhistas e tributárias	(37,34)	60,22	175.563,20	(815.570,48)	-
Provisão para riscos	-	-	990.080,42	721.694,60	Outros débitos	7.296,63	736.221,37	(193.055,03)	(3.395.400,17)	-
Outras contas a pagar	-	-	83.991,93	236.794,29		6.120,74	721.150,40	67.856,89	(5.423.562,55)	-
Passivo não circulante	17.360.963,47	17.988.929,25	18.425.382,92	18.947.418,14	Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(64.547,35)	1.180.584,27	9.403.277,78	5.290.324,05	-
Capital social	64.606.174,00	64.606.174,00	64.606.174,00	64.606.174,00	Fluxo de caixa das atividades de investimentos:					
Reservas de lucros	(22.058.268,95)	(9.750.738,85)	(22.058.268,95)	(9.750.738,85)	Recebimento de dividendos	23.171.882,69	5.429.870,78	-	-	-
AFAC	1.192.230,00	937.630,00	1.192.230,00	937.630,00	Juros sobre capital próprio	-	(1.250.000,00)	-	-	-
Resultado do Exercício	11.135.773,28	8.695.757,96	11.135.773,28	8.695.757,96	AFAC	254.600,00	855.630,00	254.600,00	855.630,00	-
Patrimônio Líquido	54.875.908,33	64.488.823,11	54.875.908,33	64.488.823,11	Distribuição de dividendos	(21.010.584,69)	(4.005.605,90)	(21.010.584,69)	-	-
Participação de acionistas não controladores	-	-	(0,96)	(0,85)	Aquisição de ativo imobilizado, intangível e propriedades para investimento	-	-	5.628.064,37	-	-
Passivo e patrimônio líquido	73.742.344,13	83.852.446,96	75.831.360,15	85.617.135,23	Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	2.415.898,00	1.036.638,11	(15.127.920,32)	855.630,00	-
					Fluxo de caixa nas atividades de financiamentos:					
					Juros e Encargos de Empréstimos e financiamentos	(963.774,79)	(1.421.885,17)	(963.774,79)	(1.421.885,17)	-
					Amortização de empréstimos e financiamentos	(1.387.203,92)	(831.504,80)	(1.387.203,92)	(831.504,80)	-
					Partes relacionadas	-	91.742,51	(7.000,00)	-	-
					Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(2.350.978,71)	(2.253.389,97)	(2.259.236,20)	(2.260.389,97)	-
					Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	371,94	(36.167,59)	(7.983.878,74)	3.885.564,08	-
					Caixa e equivalentes de caixa	883,15	37.050,74	9.711.047,03	5.825.482,95	-
					No início do exercício	1.255,09	883,15	1.727.168,29	9.711.047,03	-
					Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	371,94	(36.167,59)	(7.983.878,74)	3.885.564,08	-
					</					

Itochu Brasil S.A. CNPJ nº. 61.274.155/0001-00									
Relatório da Diretoria									
Prezados senhores: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, permanecendo à disposição dos Senhores Acionistas para esclarecimentos. São Paulo, 31 de Março de 2025.									
Balanco Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em Reais)					Demonstrações de Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em Reais)				
Ativo	2024	2023	Ativo	2024	2023	Receita Operacional Bruta	2024	2023	
Circulante			Circulante			Exportação de Mercadorias	7.556.143	17.419.641	
Caixa e Bancos	17.622.930	19.478.146	Contas a Pagar	26.587.389	33.725.260	Vendas de Mercadorias	1.84.642.219	235.940.924	
Títulos Vinculados no Mercado Aberto	17.173.960	34.611.007	Salários e Férias a pagar	1.055.519	946.25	Serviços Prestados	46.943.325	41.439.406	
Duplicatas a Receber	24.764.812	32.818.555	Obrigações Fiscais e Sociais	2.082.393	1.399.416	Impostos	(42.708.931)	(49.834.853)	
Notas a Receber	319.759	575.148	Recebimentos Antecipados	11.426	8.791.229	Receita Operacional Líquida	196.432.756	244.965.118	
Adiantamentos Diversos	37.656	3.317.218	Receitas Diferidas	-	-	Custo das Mercadorias Vendidas	(133.334.251)	(174.231.536)	
Mercadorias Estoques	3.425.570	1.253.418	IRPJ e CSLL a pagar	5.270.090	9.817.808	Lucro Bruto	63.098.505	70.733.582	
Contas a Receber	7.671.285	7.324.895	Empréstimos	-	5.142.653	(Despesas)/Outras Receitas Operacionais			
Cauções e depósitos	-	-	Provisões diversas	-	-	Despesas Administrativas	(48.521.578)	(43.092.658)	
Despesas Antecipadas	329.262	268.377	Instrumentos Financeiros Derivativos	-	192.844	Despesas Com Vendas e Serviços	(7.899.197)	(6.724.490)	
Tributos a Compensar	10.244.984	14.615.165		35.006.817	60.015.463	Resultado Financeiro	3.606.272	4.733.870	
Instrumentos Financeiros Derivativos	115.753	-				Outras Receitas Operacionais	5.341.081	4.176.089	
	81.725.971	114.261.929	Realizável a Longo Prazo			Lucro/(Prejuízo) Operacional	15.625.083	29.826.393	
Realizável a Longo Prazo Empréstimos			IRPJ e CSLL diferidos	39.356	-	Receita Não Operacional	(5.543)	(2.041)	
Empréstimos	-	-	Provisão Perda de Investimentos	-	-	Despesa Não Operacional	-	-	
IRPJ e CSLL diferidos	1.907.790	1.113.961	Provisão Atuarial	564.439	539.476	Lucro/(Prejuízo)			
	1.907.790	1.113.961		603.795	539.476	Antes do IRPJ e CSLL	15.619.540	29.824.352	
Permanente Investimento			Patrimônio Líquido Capital			Contribuição Social S/Lucro	(1.007.572)	(2.304.760)	
Investimento	10.404.715	9.643.920	Capital	18.193.834	18.193.834	Provisão Para Imposto de Renda	(4.262.518)	(7.513.048)	
Imobilizado	1.905.336	1.232.451	Reserva Legal	3.638.767	3.638.767	IRPJ e CSLL Diferidos	823.138	590.707	
Diferido	-	-	Retenção de Lucros	38.500.599	43.864.721	Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício	11.172.588	20.597.251	
	12.310.051	10.876.371		60.333.200	65.697.322	Lucro/(Perda) Por Ações	1,46	2,69	
Total do Ativo	95.943.812	126.252.261	Total do Passivo	95.943.812	126.252.261				
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em Reais)									
	Capital	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Prejuízos Acumulados	Total	Demonstrações do Fluxo de Caixa – Método Indireto			
Saldo em 31.12.2022	18.193.834	3.638.767	39.109.786	0	60.942.387	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em Reais)			
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	Atividades operacionais	2024	2023	
Outros resultados Abrangente	-	-	(192.316)	-	(192.316)	Lucro líquido	11.172.588	20.609.891	
Distribuição de Dividendos	-	-	(15.650.000)	-	(15.650.000)	mais: Depreciação/Amortização	434.425	359.568	
Resultado do Exercício	-	-	-	20.597.251	20.597.251	menos: Ganho ou Perda na venda de Investimento	5.543	2.041	
Reserva Legal	-	-	-	-	-	mais: Provisões e diferido	1.597.855	1.146.666	
Destinação de lucros acumulados	-	-	20.597.251	(20.597.251)	-	menos: Resultado de equivalência Patrimonial	(2.779.796)	(2.520.816)	
Saldo em 31.12.2023	18.193.834	3.638.767	43.864.721	0	65.697.322	mais: Juros s/empréstimo	(11.505)	649.513	
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	menos: Dividendos recebidos	(387)	(1.634)	
Outros resultado Abrangentes	-	-	133.290	-	133.290	Notas a Receber	255.389	555.395	
Distribuição de Dividendos	-	-	(16.670.000)	-	(16.670.000)	Duplicatas a Receber	8.033.743	13.377.267	
Resultado do Exercício	-	-	-	11.172.588	11.172.588	Contas a Receber	(346.389)	(316.947)	
Destinação de lucros acumulados	-	-	11.172.588	(11.172.588)	-	Adiantamentos Diversos	3.279.562	(3.208.200)	
Saldo em 31.12.2024	18.193.834	3.638.767	38.500.599	0	60.333.200	Mercadorias em Estoques	(2.172.152)	14.132.955	
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em Reais)									
1. Contexto Operacional - A empresa tem por objetivo a representa- qualquer ajuste de impostos a pagar relativo a anos anteriores. As ção, importação, exportação, industrialização e comércio em geral. 2. taxas vigentes são: Imposto de renda - Calculado à alíquota de 15% Apresentação das demonstrações financeiras -As demonstrações sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. Contribuição financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis em- social - Calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. 3. Imobilizado - 2024 2023 práticas contábeis a. Aplicações financeiras - Registradas ao custo, Edifícios 1.360.969 1.360.969 acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço, que não Instalações 100.160 100.160 supera o valor de mercado. b. Imobilizado - Registrado ao custo de Móveis e Utensílios 656.283 643.215 aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo Equipamentos de Processamento 1.125.211 1.274.554 método linear a taxas que levam em conta o tempo de vida útil dos Eletroônico de Dados 627.060 627.060 bens. c. Direitos e obrigações - Atualizados à taxa de câmbio e Sistemas Aplicativos Softwares 3.182.804 2.214.124 encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo Veículos 7.052.487 6.220.082 que reflitam os valores incorridos até a data do balanço. d. Instru- (5.147.151) (4.987.631) mentos financeiros Derivativos - Os ativos e passivos financeiros (-) Depreciações 1.905.336 1.232.451 estão demonstrados por valores justos de mercado, sendo as tran- 4. Capital - O Capital Social de R\$. 18.193.834,27 sações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especula- está dividido em 6.879.841 ações ordinárias nomi- tivos, apenas com o objetivo de reduzir riscos relacionados a taxas de câmbio. e. Imposto de renda e contribuição social - O imposto nativas e 789.223 ações preferenciais nominativas. 18.193.834,27 do período é o imposto a pagar calculado sobre o lucro tributável do Capital Estrangeiro 18.193.834,27 ano, usando as taxas de impostos em vigor na data do balanço, e									
Masakazu Obayashi -			Planaudi Consultoria e Assessoria Contabil S/S			Demonstrações de Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Em Reais)			
CPF 110.792.101-56 - Diretor Gerente			CNPJ 62.751.441/0001-82			Atividades operacionais	2024	2023	
			Roberto Toshio Tanno - TC-CRC 1SP075584/O-0			Lucro líquido	11.172.588	20.609.891	
						mais: Depreciação/Amortização	434.425	359.568	
						menos: Ganho ou Perda na venda de Investimento	5.543	2.041	
						mais: Provisões e diferido	1.597.855	1.146.666	
						menos: Resultado de equivalência Patrimonial	(2.779.796)	(2.520.816)	
						mais: Juros s/empréstimo	(11.505)	649.513	
						menos: Dividendos recebidos	(387)	(1.634)	
						Notas a Receber	255.389	555.395	
						Duplicatas a Receber	8.033.743	13.377.267	
						Contas a Receber	(346.389)	(316.947)	
						Adiantamentos Diversos	3.279.562	(3.208.200)	
						Mercadorias em Estoques	(2.172.152)	14.132.955	
						Tributos a Compensar	1.867.509	(785.600)	
						Cauções e Depósitos	-	-	
						Despesas Antecipadas	(60.884)	869.529	
						Contas a Pagar	(7.137.869)	2.265.130	
						Receitas Diferidas	-	-	
						Obrigações Fiscais e Sociais	(3.864.741)	1.170.671	
						Recebimentos Antecipados	(8.779.803)	8.791.229	
						Provisões	109.266	93.235	
						Caixa líquido gerado/(consumido) nas Atividades Operacionais	1.602.354	57.189.893	
						Atividades de Investimentos			
						Recebimento na Alienação de Investimento	-	-	
						Compra de Ativo Imobilizado	(1.112.853)	(883.704)	
						Aquisição de Investimentos	-	-	
						Recebimento de Dividendos	2.019.387	2.175.185	
						Caixa líquido gerado/(Consumido) nas Atividades de Investimentos	906.534	1.291.481	
						Atividades de Financiamento			
						Distribuição de dividendos	(16.670.000)	(15.650.000)	
						Recebimento de Empréstimos	3.281.152	16.291.307	
						Pagamento de Empréstimos	(8.412.301)	(26.825.486)	
						Caixa líquido gerado (Consumido) nas Atividades de Financiamento	(21.801.149)	(26.184.179)	
						Aumento/(Diminuição) líquido nas Disponibilidades	(19.292.261)	32.297.195	
						Saldo de Caixa Inicial	54.089.153	21.791.957	
						Saldo de Caixa Final	34.796.890	54.089.153	

Brassinter S/A Indústria e Comércio									
CNPJ nº: 56.994.460/0001-37									
Relatório da Diretoria									
Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.ªs, as demonstrações contábeis referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. São Paulo, 31 de março de 2025.									
Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 - (em milhares de R\$)									
Balanco Patrimonial					Demonstração de Resultado do Exercício				
Ativo	2024	2023	Passivo	2024	2023		2024	2023	
Circulante			Circulante			Receita Líquida de vendas	32.320	42.707	
Caixa e equivalentes de caixa	2.140	1.978	Fornecedores	2.039	3.301	Custo do Produto Vendido	(23.325)	(30.579)	
Contas a receber	10.858	4.787	Empréstimos e financiamentos			Lucro Bruto	8.905	12.128	
Estoques	2.188	8.901	bancários	806		Receita (Despesas) Operacionais			
Tributos a recuperar	479	561	Obrigações trabalhistas	886	1.118	Despesas gerais e			
Outras contas a receber	641	579	Obrigações tributárias	1.360	1.134	administrativas	(12.113)	(7.619)	
Despesas antecipadas	46	45	Dividendos e			Despesas comerciais	(1.066)	(2.129)	
Total do ativo circulante	16.352	16.850	participações a pagar	1.088	221	Remuneração dos			
Não Circulante			Outras contas a pagar	70	81	administradores	(2.007)	(1.527)	
Depósitos judiciais	2.757	2.595	Total do passivo circulante	6.250	5.854	Outras receitas/			
Contrato de mútuo-partes	1.881	-				(despesas) operacionais	5.997	1.491	
relacionadas	5.302	6.917	Não Circulante			Provisões não dedutíveis	(1.369)	726,41	
Imobilizado	7	14	Receita futura	2.426		Lucro (Prejuízo) operação			
Intangível			Provisão de contingência	986		antes do resultado financeiro	(1.651)	3.071	
Total do ativo não circulante	9.947	9.527	Tributos parcelados	4.987	5.346	Receitas financeiras	445	120	
Total do Ativo	26.299	26.377	Total do passivo não circulante	8.399	5.346	Despesas financeiras	(333)	(248)	
Demonstração do Fluxo de Caixa			Patrimônio Líquido			Variação cambial, líquida	(10)	12	
Fluxo de Caixa Das			Capital social	11.000	11.000	Resultado Financeiro	102	(117)	
Atividades Operacionais	2024	2023	Reservas de lucros	2.200	2.200	Lucro (Prejuízo) antes do			
Lucro (prejuízo) líquido do			Lucros acumulados	(1.549)	1.976	IRPJ/CSLL	(1.549)	2.954	
exercício	(1.549)	2.196	Total do patrimônio líquido	11.651	15.176	Impostos de Renda e			
Itens que não afetam o			Total do Passivo	26.299	26.377	Contribuição Social	(758)		
caixa operacional						Lucro (Prejuízo) líquido			
Depreciação do exercício	446	865				do exercício	(1.549)	2.196	
Baixa do ativo imobilizado líquido	2.685	298	Demonstração das Mutações do Patrimônio líquido						
Amortização do exercício	2	2							
Atualização monetária de						Capital Social	Reserva de	Lucros a	Lucros/
depósito judicial	(161)	(191)				Social	Lucros	dos acionistas	Prejuízos
Atualização monetária			Saldo em 31 de dezembro de 2022	11.000	2.200	2.184			Total
parcelamento tributário-PAES	67	80	Lucros do Exercício					2.196	2.196
Provisão de baixa imobilizado-			Dividendos distribuídos			(2.184)			(2.184)
Venda Metal Duro	145		Participação estatutária					(220)	(220)
Provisão Contingência Trabalhista	(300)		Saldo em 31 de dezembro de 2023	11.000	2.200	-		1.976	15.176
Provisão Rescisão Contratual-			Prejuízos					(1.549)	(1.549)
Sintertools	(686)		Dividendos Distribuídos					(1.976)	(1.976)
Provisão para perdas nos estoques	(253)	12	Saldo em 31 de dezembro de 2024	11.000	2.000	-		(1.549)	11.650
Provisão para juros a transcorrer	25	166		2024	2023			2024	2023
Lucro do exercício ajustado	421	3.428	Caixa líquido das	7.149	5.288	Pagamentos de dividendos/			
Aumento/(Diminuição) dos			atividades operacionais			participações	864	(4.463)	
ativos e passivos			Das atividades de investimento	(1.656)	(2.560)	Caixa líquido das			
Contas a receber	1.473	956	Adições do ativo imobilizado			atividades de financiamentos	162	(1.565)	
Estoques	6.967	477	Contratos de venda de			Diminuição líquida de caixa e			
Tributos a recuperar	81	917	ativos a receber	(9.425)	-	equivalentes de caixa	162	(1.565)	
Outras contas a receber	(63)	(253)	Obrigações com venda de	2.426	-	Caixa e equivalentes de			
Despesas antecipadas	(1)	7	ativo-bens a faturar			caixa no início do exercício	1.978	3.543	
Fornecedores	(1.263)	1.507	Caixa líquido das atividades	(1.507)	2.728	Caixa e equivalentes de			
Obrigações trabalhistas	(232)	(10)	de investimentos			caixa no fim do exercício	2.140	1.978	
Obrigações tributárias	(225)	(762)	Das atividades de financiamentos			Diminuição líquida de			
Outras contas a pagar	(10)	(979)	Captação de recursos	806		caixa e equivalentes de caixa	162	(1.565)	
com partes relacionadas									
As notas explicativas e o parecer dos auditores estão a disposição dos srs.acionistas na Avenida das Nações Unidas, 21344- -Vila Almeida - SP -SP ("Companhia")									
A Diretoria:					Ana Maria Galloro Laporta - CT CRC 1SP203642/O-0				

Real Estate Duo 001 Guarujá					
Adm. de Bens Proprios S.A.					
CNPJ(ME) nº 23.568.433/0001-43					
Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Sociais Encerrados em 31/12/2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)					
BALANÇO PATRIMONIAL					
Ativo	2024	2023	Passivo	2024	2023
Ativo circulante	93	2	Passivo circulante	530	406
Disponibilidades	37	-	Outras obrigações	530	406
Caixa e bancos	37	-	Impostos e contribuições sobre salários	11	13
Títulos e valores mobiliários	-	1	Demais impostos e contribuições a recolher	8	5
Cotas de fundos de investimentos	-	1	Provisões para pagamentos a efetuar	45	62
Outros créditos	56	1	Diversos	466	326
Créditos tributários	1	1	Passivo não circulante	1.669	1.287
Diversos	55	-	Exigível a longo prazo	1.669	1.287
Ativo não circulante	12.848	14.340	Outras obrigações	1.669	1.287
Realizável a longo prazo	2.081	1.670	Diversos	1.669	1.287
Outros créditos	2.081	1.670	Patrimônio líquido	10.742	12.649
Diversos	2.081	1.670	Capital:	20.186	20.186
Imobilizado de uso	10.767	12.670	De domiciliados no país	20.186	20.186
Imóveis	13.348	13.348	Lucros / (prejuízos) acumulados	(9.444)	(7.537)
Outros bens do imob de uso	6.870	6.866	Patrimônio líquido atribuível aos controladores	10.742	12.649
(Depreciações acumuladas)	(9.451)	(7.544)	Total do passivo e PL	12.941	14.342
Total do ativo	12.941	14.342			
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (Lei nº 11.638)					
	31/12/24	31/12/23			
Despesas/receitas operacionais	(1.908)	(1.911)			
Despesas gerais e administrativas	(1.908)	(1.896)			
Outras despesas administrativas	(1.908)	(1.896)			
Outras despesas operacionais	-	(15)			
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(1.908)	(1.911)			
Resultado financeiro	2	8			
Receitas financeiras	2	8			
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	1	6			
Rendas de títulos e valores mobiliários	1	2			
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(1.906)	(1.903)			
Resultado líquido das operações continuadas	(1.906)	(1.903)			
Lucro/ (prejuízo) do período	(1.906)	(1.903)			
Atribuído a sócios da empresa controladora	(1.906)	(1.903)			
Atribuído a sócios não controladores	-	-			
Nº de ações	20.185,920	20.185,920			
Lucro (prejuízo) por ação:	(0,094)	(0,094)			
A DIRETORIA:					
Reinaldo Dantas - Contador - CRC-ISP nº 110330/06					

VRE Loteamento S.A.					
CNPJ/MF nº 25.186.838/0001-42					
Balanco Patrimonial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares)					
Ativo	2024	2023	Passivo e Patrimônio Líquido	2024	2023
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	160	1.188	Obrigações trabalhistas e tributárias	–	–
Tributos a recuperar	32	30	Sócios a pagar	–	223
Total do ativo circulante	192	1.218	Partes relacionadas	–	1.000
			Total do passivo circulante	–	1.223
Não Circulante			Não Circulante		
Investimentos	19.044	20.136	Contas a pagar	16.608	16.108
Partes relacionadas	50	–	Total do passivo não circulante	16.608	16.108
Total do ativo não circulante	19.094	20.136	Patrimônio líquido		
			Capital Social	3.029	3.029
Total do Ativo	19.286	21.354	Prejuízo/Reservas de Lucros	(351)	994
			Total do patrimônio líquido	2.678	4.023
			Total do Passivo	19.286	21.354
Demonstração do Resultado – Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares)					
	2024	2023		2024	2023
Resultado			(+/-) Resultado financeiro	51	10
(+/-) Despesas e receitas operacionais			(=) Resultado antes das provisões tributárias	(468)	(105)
Despesas administrativas	(101)	(106)			
Despesas tributárias	(1)	(1)	(=) Resultado Antes da Participação dos Sócios Não Controladores	(468)	(105)
Resultado de equivalência patrimonial	(416)	(7)	(=) Resultado do exercício	(468)	(105)
Outras Despesas e Receitas	(1)	(1)			
	(519)	(115)			
A Diretoria William Moraes Lacerda – Contador CRC SP 282.069/O-1					

VRE D3 S.A.					
CNPJ/MF nº 17.901.699/0001-63					
Balanco patrimonial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares)					
Ativo	2024	2023	Passivo e Patrimônio Líquido	2024	2023
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	934	1.150	Fornecedores	–	–
Tributos a recuperar	122	164	Obrigações trabalhistas e tributárias	1	2
Outros créditos	10	951	Contas a pagar	–	–
Partes relacionadas	315	427	Sócios a pagar	52	276
Total do ativo circulante	1.381	2.692	Partes relacionadas	25.714	23.115
Não Circulante			Total do passivo circulante	25.767	23.393
Investimentos	41.767	42.751	Não Circulante		
Intangível	–	–	Total do passivo não circulante	–	–
Total do ativo não circulante	41.767	42.751	Patrimônio líquido		
Total do Ativo	43.148	45.443	Capital Social	8.507	11.331
			Reservas de Lucros	8.874	10.719
			Total do patrimônio líquido	17.381	22.050
			Total do Passivo	43.148	45.443
Demonstração do Resultado – Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares)					
	2024	2023		2024	2023
Resultado			Resultado		
(+/-) Despesas e receitas operacionais			(+/-) Outras Receitas e Despesas não operacionais	19	(1)
Despesas administrativas	(396)	(509)	(=) Resultado antes das provisões tributárias	207	1.107
Despesas tributárias	(2)	(4)	(=) Resultado Antes da Participação dos Sócios Não Controladores	207	1.107
Resultado de equivalência patrimonial	555	1.582	(=) Resultado do exercício	207	1.107
Outras Despesas e Receitas	–	–			
	157	1.069			
(+/-) Resultado financeiro	31	38			
A Diretoria William Moraes Lacerda – Contador CRC SP 282.069/O-1					

EPR Participações S.A.	
CNPJ/MF nº 48.803.906/0001-70 - NIRE 3530060530-6	
Ata de Assembleia Geral Ordinária	
I. Data, Horário e Local: 04 de abril de 2025, às 14:00 horas, Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.188, conjuntos 23 e 24, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, São Paulo/SP. II. Convocação e Presença: Dispensadas as formalidades de convocação, na forma do disposto no artigo 124, §4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), conforme alterada, em razão da presença dos acionistas titulares de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia, conforme assinaturas lançadas abaixo. III. Publicações: Relatório da administração, demonstrações financeiras e demonstrações contábeis acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, publicados no jornal "Data Mercantil", na edição do dia 04 de abril de 2025 (versão online e impressa), conforme previsto no artigo 289 da Lei das S.A, dispensada a publicação dos anúncios e a observância do prazo de que trata o caput do artigo 133 da Lei 6.404, tendo em vista o disposto no parágrafo quarto do referido artigo. IV. Composição da Mesa: Presidente: Sr. José Carlos Cassaniga e Secretário: Sr. Enio Stein Júnior. V. Ordem do Dia: Deliberar sobre (I) a análise, discussão e aprovação das contas da administração e das demonstrações financeiras da Companhia; a (II) a destinação dos resultados auferidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e (III) a consignação de que as publicações da Companhia têm sido e continuarão sendo realizadas no jornal "Data Mercantil". VI. Deliberações: Após as oportunas discussões, os acionistas decidiram, por unanimidade de votos e sem ressalvas o seguinte: (I) aprovar as contas da administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (II) consignar que não haverá distribuição do lucro líquido e pagamento de dividendos aos acionistas, tendo em vista que a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 4.172.011,26 (quatro milhões, cento e setenta e dois mil, onze reais e vinte e seis centavos) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; o resultado será destinado à conta de prejuízos acumulados da Companhia; e (III) consignar que as publicações da Companhia têm sido e continuarão sendo realizadas no jornal "Data Mercantil", nos termos do artigo 289 da Lei das S.A. VII. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia, da qual lavrou-se a presente ata, que, após lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Autorizada a publicação da presente ata com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, parágrafo 2º, da Lei das S.A. A presente ata foi lavrada em 1 (uma) via digital, em livro próprio, tendo-se dela extraído cópias enviadas ao registro de comércio. São Paulo/SP, 04 de abril de 2025. JUCESP nº 131.176/25-0 em 11/04/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.	

Companhia Nitro Química Brasileira	
CNPJ/MF nº 61.150.348/0001-50 - NIRE 35.300.054.547	
Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de março de 2025	
1. Data, hora e local: Aos 31 dias do mês de março de 2025, às 9h, na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Dr. José Artur Nova, nº 951, CEP 08090-000 ("Companhia"). 2. Convocação e Presença: Presentes todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, Srs. Lucas Santos Rodas, Paulo Zucchi Rodas Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves, Alexandre Gonçalves Silva, Weber Ferreira Porto e Gustavo Figueira de Almeida e Albuquerque, em razão do que fica dispensada a exigência de convocação, nos termos do Art. 15, §1º do Estatuto Social da Companhia. 3. Mesa: Presidente: Lucas Santos Rodas; Secretário: Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves. 4. Ordem do Dia: Deliberar acerca da distribuição de proventos, através de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) - referentes ao 1º (primeiro) trimestre do exercício de 2025. 4.1. Deliberações: Nos termos do artigo 29 do Estatuto Social da Companhia, pela unanimidade dos membros, o Conselho de Administração, <i>ad referendum</i> da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, aprovou os créditos de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) referentes ao 1º (primeiro) trimestre do exercício de 2025, no valor de R\$ 7.255.748,82 (sete milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e quarenta e oito reais e oitenta e dois centavos) , conforme balanço levantado no período de 01 de janeiro a 31 de março de 2025; a. A data do pagamento da remuneração ora deliberada será definida oportunamente pela administração da Companhia, com prazo limite de até 31 de dezembro de 2026. b. Farão jus ao referido JCP os acionistas comprovadamente titulares das ações da Companhia na presente data, conforme espécie e classe de ações detidas e de acordo com as regras e parâmetros estabelecidos no Estatuto Social. c. Quando definido, o valor será pago sem remuneração ou atualização monetária, nodomicílio bancário fornecido pelos acionistas, líquido da retenção de 15% de Imposto de Renda na Fonte, exceto para os acionistas que sejam comprovadamente imunes ou isentos. 4.2. Os Diretores da Companhia foram autorizados a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima. 5. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada e depois lida, aprovada e assinada pelos presentes. 6. Assinaturas: Mesa: Presidente: Lucas Santos Rodas; Secretário: Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves. Membros do Conselho de Administração: Lucas Santos Rodas, Paulo Zucchi Rodas, Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves, Alexandre Gonçalves Silva, Weber Ferreira Porto e Gustavo Figueira de Almeida e Albuquerque. A presente Ata é cópia fiel, extraída da ata lavrada no livro próprio. São Paulo/SP, 31 de março de 2025. JUCESP nº 129.398/25-1 em 09/04/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.	

VRE D2 S.A.					
CNPJ/MF nº 17.825.402/0001-28					
Balanco Patrimonial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares)					
Ativo	024	2023	Passivo e Patrimônio Líquido	2024	2023
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	991	1.106	Fornecedores	1	2
Tributos a recuperar	111	220	Obrigações tributárias	1	2
Outros créditos	–	–	Contas a pagar	812	560
Total do ativo circulante	1.102	1.326	Dividendos a pagar	215	215
Não Circulante			Total do passivo circulante	1.029	779
Propriedade para investimento	4.335	4.335	Não Circulante		
Investimentos	2.058	7.828	Provisão para perda com investimento	42	45
Partes relacionadas	–	2	Total do passivo não circulante	42	45
Outros créditos	19	11	Patrimônio líquido		
Total do ativo não circulante	6.412	12.176	Capital Social	8.231	11.881
Total do Ativo	7.514	13.502	Prejuízo/Reservas de Lucros	(1.788)	797
			Total do patrimônio líquido	6.443	12.678
			Total do Passivo	7.514	13.502
Demonstração do Resultado – Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares)					
	2024	2023		2024	2023
Resultado			Resultado		
(+/-) Despesas e receitas operacionais			(+/-) Outras Receitas e Despesas não operacionais	(21)	(18)
Despesas administrativas	(293)	(312)	(=) Resultado antes das provisões tributárias	(2.585)	(1.272)
Despesas tributárias	(1)	–	(=) Resultado Antes da Participação dos Sócios Não Controladores	(2.585)	(1.272)
Outras despesas	–	–	(=) Resultado do exercício	(2.585)	(1.272)
Resultado de equivalência patrimonial	(2.273)	(940)			
	(2.567)	(1.252)			
(+/-) Resultado financeiro	3	(2)			
Contador: William Lacerda – CRC: SP 282.069/O-1					
Responsável: Marcelo Rezende Rainho Teixeira					

LOG20 Logística S/A	
CNPJ n.º 13.631.347/0005-08 - NIRE 3530049188-2	
Convocação Para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária 28.04.2025	
Convocamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 28 de abril de 2025, na sede da filial Concórdia da companhia, à Rua Osvaldo Valentin Zandavalli, 511, sala 301, Concórdia - SC, CEP 89700-136, às 17:00 horas para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Assembleia Geral Ordinária: A) Apresentação e aprovação dos Demonstrativos Financeiros do Exercício de 2024; B) Aprovação e Deliberação da Destinação dos Lucros do Exercício. Assembleia Geral Extraordinária: A) Pagamento Mensal de JCP – Juros de Capital Próprio; B) Assuntos Gerais. São Paulo, 14 de Abril de 2025 Osni Roman - Presidente do Conselho de Administração - CPF 942.342.699-34. (15, 16 e 17/04/2025)	

Albrigg Defesa Ambiental S.A.	
CNPJ nº 04.050.400/0001-62 - NIRE 35.300.1808-79	
Edital de 1ª Convocação - Assembleia Geral Ordinária	
São convidados os senhores acionistas a se reunirem em assembleia geral ordinária em primeira convocação, a realizar-se no dia 25 de abril de 2025 às 11:00 horas, na sede social, à Avenida Jabaquara, nº 3.060 – 3º andar – Bairro Mirandópolis – São Paulo/SP, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias: 1) Exame, discussão e votação do Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais peças das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024; 2) Destinação do resultado exercício e constituição da reserva legal; 3) Outros assuntos de interesse dos acionistas. Açam-se à disposição dos senhores acionistas, na sede Social, os documentos da Administração, exigidos pelo artigo 133 da Lei nº 6.404/76 São Paulo, 14 de abril de 2025. Valter Carmona , Diretor Administrativo e Financeiro. (15, 16 e 17/04/2025)	


GIP Medicina Diagnóstica S.A.	
CNPJ/MF nº 43.721.026/0001-31 - NIRE 35300474511	
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária em 30/04/2025, às 15hs	
GIP Medicina Diagnóstica S.A. ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), convocar os acionistas da Companhia para reunirem-se em assembleia geral extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2025, às 15 horas, de forma semipresencial, podendo o voto ser exercido pelos acionistas presencialmente, na sede da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Afonso de Freitas, 188, Paraíso, CEP 04006-050, ou por meio do link do aplicativo de videoconferência <i>Microsoft Teams</i> , a ser disponibilizado pela Companhia, conforme autorizado pela Lei nº 14.030, de 28 de julho de 2020 e regulamentado pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, datada de 10 de junho de 2020 ("IN DREI 81/2020"), para examinar, discutir e votar sobre a seguinte ordem do dia: (i) a criação de ações preferenciais da classe B da Companhia e a determinação de suas características; (ii) o aumento de capital social da Companhia e emissão de novas ações preferenciais da classe B, nominativas e sem valor nominal; (iii) a consolidação do estatuto social da Companhia. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, bem como serão disponibilizados por meio de mensagem eletrônica (e-mail) a ser enviada aos acionistas. São Paulo/SP, 14 de abril de 2025. Peter Lohken , Presidente do Conselho de Administração; Francisco Javier Molto Martinez , Membro do Conselho de Administração. (15, 16 e 17/04/2025)	

Cas Tecnologia S.A.	
CNPJ nº 00.958.378/0001-00	
Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	
Ficam convocados os Srs. Acionistas para uma Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a realizar-se no dia 30 de abril de 2025, às 10:00h, na sede social em São Paulo, SP, à Rua Dias Leme, 130, para tratar da seguinte ordem do dia: a) Aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício de 2024 e destinação de seus resultados; b) Distribuição de dividendos; c) Emissão de ações Preferenciais Classe A. São Paulo, 15 de abril de 2025. Assinaturas: Welson Regis Jacometti, Diretor Presidente. (15, 16 e 17/04/2025)	

HMC Consultoria e Participações S/A	
CNPJ Nº 23.680.782/0001-52	
Segunda Convocação de Assembleia Geral Extraordinária	
Convidamos os senhores acionistas para a segunda convocação da Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no dia 22 de abril de 2025 às 9h na sede social, sita na Estrada dos Índios, 1060, na cidade de Itaquaquecetuba-SP, com a seguinte Ordem do Dia: a) deliberar sobre a redução do capital social; b) debater a dissolução da Sociedade e nomear um liquidante. Itaquaquecetuba, 14 de abril de 2025. (12, 15 e 16/04/2025)	


International School Serviços de Ensino, Treinamento e Editoração Franqueadora S.A.	
CNPJ/MF nº 18.082.788/0001-98 - NIRE 35.300.486.692	
Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária	
Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária da International School Serviços de Ensino, Treinamento e Editoração Franqueadora S.A. ("Companhia"), que será realizada em 25 de abril de 2025, às 10h, na modalidade digital, cujo acesso será pelo link eletrônico, conforme instrução de participação e voto a distância descrita abaixo, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (I) tomar as contas dos administradores, examinar e discutir as demonstrações financeiras; e (II) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos. São Paulo/SP, 11 de abril de 2025. Ulisses Borges Cardinot – Presidente do Conselho de Administração. Instruções para participação na Assembleia Geral Ordinária da International School Serviços de Ensino, Treinamento e Editoração Franqueadora S.A. Conforme autorizado pelo artigo 121, parágrafo único, da Lei das S.A., a Assembleia Geral Ordinária será realizada na modalidade exclusivamente digital, podendo V.Sa. participar e votar por meio do sistema eletrônico com acesso ao link à videoconferência. Para participar e votar, por meio de sistema eletrônico, V.Sa. deverá enviar solicitação à Companhia, acompanhada de cópia do documento de identidade ou cópia do instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e do Estatuto Social da Companhia, na hipótese de representação por procurador, para o endereço de e-mail cesar.faroli@internationalschool.global , em até 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia Geral Ordinária. Uma vez recebido o e-mail referido acima e verificada a regularidade dos documentos apresentados, a Companhia enviará a V.Sa. as regras para participação e os procedimentos necessários e suficientes para acesso e utilização do sistema eletrônico. O sistema eletrônico de videoconferência, assegurará: (a) a segurança, a confiabilidade e a transparência da Assembleia Geral Ordinária; (b) o registro da presença dos acionistas e dos respectivos votos; (c) a preservação do direito de participação a distância do acionista durante toda a Assembleia Geral Ordinária; (d) o exercício do direito de voto a distância por parte do acionista, bem como o seu respectivo registro; (e) a possibilidade de visualização de documentos apresentados durante a Assembleia Geral Ordinária; (f) a possibilidade de a mesa receber manifestações escritas dos acionistas; (g) a gravação integral da Assembleia Geral Ordinária, que ficará arquivada na sede da Companhia; (h) a participação de administradores, pessoas autorizadas a participar da Assembleia Geral Ordinária e pessoas cuja participação seja obrigatória; e (i) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Os documentos e informações referentes aos assuntos da pauta da Assembleia Geral Ordinária estão disponíveis sob a forma digital, podendo ser requisitados pelos acionistas interessados. (14, 15 e 16/04/2025)	

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 15/04/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal





Aquamec Indústria e Comércio de Equipamentos S.A.

CNPJ nº 21.998.472/0001-55 - NIRE 35.300.586.972

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de fevereiro de 2025

Data/hora/local: Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 10:00 horas, em sua sede social na Avenida Tiradentes, nº. 2.620, Bairro do Parque Industrial, na Cidade de Itu, Estado de São Paulo, CEP 13309-640; reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária os acionistas da Aquamec Indústria e Comércio de Equipamentos S.A., representando a totalidade do capital social, conforme se verifica pelas assinaturas constantes do Livro de Presença de acionistas, dispensáveis assim as demais publicações. Aberta a sessão pelo acionista Marco Antonio Gutfreund Formicola, representante da GS-Construções, Comércio, Serviços de Descontaminação de Superfícies Marítimas, Empreendimentos e Participações Ltda.; sendo solicitado, pelos demais membros, a presidir a sessão, tendo convidado a mim, Valter Carmona, para secretariá-lo. **I. Ordem do dia:** a) Eleição de nova diretoria; b) Redefinição das competências da diretoria; c) Remuneração da diretoria; d) Consolidação do Estatuto Social. **II. Deliberações:** O Sr. Presidente da Assembleia elucidou que a presente assembleia geral ordinária e extraordinária visa deliberar sobre os seguintes assuntos: a) Reeleger os membros da atual diretoria; b) Alterar o Estatuto Social quanto competência da diretoria, definindo-se que para celebração de contratos e prática de atos jurídicos que gerem obrigações para a Sociedade, em valores superiores a R\$ 200.000,00, haverá necessidade de assinaturas conjuntas de dois diretores ou um diretor e um procurador, sendo necessariamente um deles o diretor Presidente ou o Diretor Vice-Presidente. c) Estabelecer a remuneração global máxima da diretoria em até R\$ 800.000,00, por ano. d) Promover as alterações e consolidar o Estatuto Social. Após discutidos pelos senhores acionistas, foram aprovadas as deliberações constantes da ordem do dia. Integra a presente, na figura de Anexo I, e Estatuto Social consolidado, deliberado e aprovado na presente Assembleia. Após deliberação sobre os assuntos colocados em pauta na assembleia e sua aprovação pela totalidade dos acionistas, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, a presente ata é cópia fiel da lavratura em livro próprio. Presentes acionistas: GS-Construções, Comércio, Serviços de Descontaminação de Superfícies Marítimas, Empreendimentos e Participações Ltda. (representada pelo Sr. Marco Antonio Gutfreund Formicola) e Lamor Serviços de Limpeza Descontaminação De Superfícies Marítimas Ltda., (representada pelo Sr. Marco Antonio Gutfreund Formicola). São Paulo (SP), 28 de fevereiro de 2025. JUCESP nº 126.654/25-6 em 04/04/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO. Capítulo I - Da Denominação, Sede, Duração e Objeto. Artigo 1º - Sob a denominação de **Aquamec Indústria e Comércio de Equipamentos S.A.**, fica constituída uma sociedade anônima, que se regerá por este Estatuto e, nos casos omissos, pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º** - O objeto da sociedade será o de (i) fabricação, montagem e comercialização de equipamentos e sistemas para tratamento de águas e efluentes (CNAE: 28259/00); (ii) manutenção e reparação de máquinas e aparelhos para saneamento básico e ambiental (CNAE 33-14-7/10); fabricação, montagem e comercialização de válvulas (CNAE 2813-5/00); (iii) fabricação, montagem e comercialização de bombas (CNAE 2812-7/00); (iv) fabricação, montagem e comercialização de equipamentos e sistemas para contenção e captação de petróleo e seus derivados (CNAE 2825-9/00); (v) manutenção, reparação e instalação de válvulas (CNAE 3314-7/03); (vi) manutenção, reparação e instalação de bombas hidráulicas (CNAE 3314-7/02); (vii) locação e o arrendamento de bombas e válvulas em geral, equipamentos e sistema de contenção e captação de petróleo e derivados. Equipamentos e sistema de abastecimento e de tratamento de água e efluentes, a pessoa física ou jurídica de direito público ou privado (CNAE 7739- 0/99); (viii) prestação de serviços de engenharia e consultoria nas áreas de tratamento de água e efluentes, contenção e captação de derrames de petróleo e seus derivados (CNAE 71.12-0/00); (ix) participação de processos licitatório/concorrências para celebração de contratos/parceiras atinentes ao seu objeto social e seus derivados derramados em água em terra, no Brasil e no exterior; agir como agente, representante e licenciada de quaisquer produtos ou serviços de empresas estabelecidas dentro ou fora do país (CNAE 46.14-1/00); (x) participação, como sócia ou acionista, em outras sociedade e em empreendimentos comerciais conexos ao seu objeto social (CNAE 64.63-8/00); (xi) prestação de serviços de limpeza, contenção e captação de derrames de óleo, podendo inclusive estabelecer centros de combate a derrames de óleo (CNAE 39.00-5/00). **Artigo 3º** - A sociedade terá a sua sede, domicílio legal e foro na cidade de Itu, Estado de São Paulo, sito a Avenida Tiradentes, nº 2.620, Parque Industrial, CEP 13309-640, podendo criar e manter sucursais, agências, filiais e escritórios em todo o território nacional, a critério da Diretoria. **Artigo 4º** - O prazo de duração da sociedade será indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social e das Ações. Artigo 5º** - O capital social é de R\$ 38.500.000,00 dividido em 38.500.000 ações ordinárias e nominativas. **Parágrafo único** - Somente os titulares de ações ordinárias poderão exercer o direito a voto. **Artigo 6º** - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Artigo 7º** - Na ocasião de aumento do capital social da Sociedade, somente os Acionistas com ações ordinárias terão direito de preferência para subscreverem as novas ações, na proporção de suas respectivas participações no capital social, observadas as disposições da Lei 6.404/76. §1º - Os Acionistas poderão exercer o Direito de Preferência proporcionalmente à participação de cada um deles no capital social da Sociedade. §2º - O Direito de Preferência será exercido por meio de notificação por escrito ("Notificação do Exercício"), enviada pelos Acionistas ao Vendedor em Potencial, com cópia para Sociedade em até 30 dias contados do recebimento da Notificação de Venda. **Artigo 8º** - A sociedade emitirá certificados, cautelas ou títulos múltiplos representativos de ações aos seus acionistas, sempre à ocasião de sua subscrição. **Capítulo III - Da Assembleia Geral. Artigo 9º** - As Assembleias Gerais são ordinárias ou extraordinárias, presididas pelo Diretor Presidente e, na sua ausência ou impedimento, pelo acionista escolhido entre os presentes, a quem caberá escolher o secretário. **Artigo 10º** - A Assembleia Geral Ordinária se reunirá anualmente, nos quatro primeiros meses de cada ano, para discutir, examinar e aprovar o relatório, demonstrações contábeis e demais contas de Diretoria, assim como o parecer de Conselho Fiscal se constituído e deliberar sobre qualquer assunto de interesse social. §1º - As Assembleias Gerais deverão ser convocadas na forma da lei. §2º - Salvo nas hipóteses em que a lei dispuser de outra forma, as Assembleias Gerais serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 60% do capital social com direito a voto, e, em segunda convocação com a presença de acionistas representando o quórum mínimo exigido por lei, os quais farão a indicação, por aclamação, e um presidente para os trabalhos, o qual, por sua vez, escolherá, livremente um ou mais acionistas para a função de secretário. **Artigo 11º** - Salvo disposição em contrário deste Estatuto ou da lei, as deliberações da Assembleia Geral serão sempre tomadas pela maioria simples do capital social dos acionistas com direito a voto presentes ao conclave, não se computando os votos em branco. **Parágrafo único:** será lavrada ata em livro próprio registrando as ocorrências e deliberações tomadas pela Assembleia Geral. **Capítulo IV - Da Administração. Artigo 12º** - A administração da Sociedade competirá, exclusivamente à Diretoria, a qual será composta por, no mínimo 4 e, no máximo, 6 membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente, um Diretor Administrativo e Financeiro, e, um Diretor Comercial, todas pessoas naturais, acionistas ou não, residentes no país a serem eleitos em assembleia Geral. §1º - O mandato dos Diretores será de 3: anos, permitida a reeleição. §2º - A investidura do cargo far-se-á por termo na própria ata de Assembleia Geral na qual foram eleitos os Diretores ou assinatura de termo de posse no prazo de 30 dias contados da data da Assembleia Geral em que houve a eleição. §3º - Ocorrendo, por qualquer razão, vacância em cargo(s) de Diretor reduzindo o número de diretores a menos que dois, será convocada, no prazo de cinco dias, Assembleia Geral para eleger diretor substituto, o qual exercerá a função até o final do mandato do substituído. §4º - Nos impedimentos ou ausências temporárias de qualquer Diretor, o Diretor impedido ou ausente será substituído por qualquer outro Diretor, o qual não terá direito a remuneração adicional pelas funções acumuladas. §5º - Na hipótese de esgotado o prazo do mandato dos diretores da Sociedade, estes permanecerão em seus respectivos cargos, até a eleição de novos diretores. **Artigo 13º** - Os Diretores reunir-se-ão sempre que necessário e as resoluções ou decisões tomadas, constarão, sempre que oportuno e necessário, em registro no "livro de atas de reuniões da diretoria". **Artigo 14º** - Os Diretores deverão dirigir os negócios sociais exercendo a administração dos negócios da Sociedade, em suas respectivas áreas de atuação, sempre em prol da realização dos objetivos sociais, e observadas as normas legais e estatutárias. §1º - **Compete Diretor Presidente:** a) Representar a Sociedade em Assembleia de acionistas; b) Representar a Sociedade em todos os atos de administração e gestão dos objetos sociais, em orientação ao trabalho dos demais diretores; c) Gerenciar os resultados alcançados pelas unidades administrativamente vinculadas, coordenar planos e projetos alternativos e ações corretivas, buscando a excelência dos resultados gerais e setoriais das unidades sob sua coordenação, intensificar ações para redução de custos e a melhoria contínua dos recursos de apoio às atividades sociais; d) Gerenciar as atividades industriais e de engenharia da Sociedade; e) Coordenar a elaboração da proposta orçamentária anual e os pedidos de créditos adicionais; f) Executar, em geral, os demais atos e medidas relacionadas com suas finalidades, inclusive quanto ao preparo do expediente próprio; g) Elaborar a política de expansão de negócios; h) Convocar Assembleia Geral. §2º - **Compete ao Diretor Vice-Presidente:** a) Representar a Sociedade em Assembleia de acionistas, em substituição ao Diretor Presidente; b) Representar a Sociedade em todos os atos de administração e gestão dos objetos sociais; c) Gerenciar os resultados alcançados pelas unidades administrativamente vinculadas, coordenar planos e projetos alternativos e ações corretivas, buscando a excelência dos resultados gerais e setoriais das unidades sob sua coordenação, intensificar ações para redução de custos e a melhoria contínua dos recursos de apoio às atividades sociais, em conjunto com o Diretor Presidente; d) Coordenar a elaboração da proposta orçamentária anual e os pedidos de créditos adicionais, em conjunto com o Diretor Presidente; e) Organizar e gerir as áreas de contabilidade, jurídica, de conformidade (Compliance) e de tecnologia da informação; cabendo-lhe, ainda, elaborar os demonstrativos contábeis; f) Executar, em geral, os demais atos e medidas relacionadas com suas finalidades, inclusive quanto ao preparo do expediente próprio, em conjunto com o Diretor Presidente; g) Convocar Assembleia Geral. h) Substituir o Diretor Administrativo Financeiro em caso de vacância do cargo, podendo, inclusive, cumular suas atividades com as de Diretor Administrativo Financeiro. §3º - **Compete ao Diretor Administrativo Financeiro:** a) Representar a Sociedade em todos os atos de administração e gestão dos objetos sociais; b) Organizar e gerir as áreas de finanças, administrativa, gestão de pessoal, de custos, orçamentos e de suprimentos, cabendo-lhe, ainda, elaborar os demonstrativos e projeções financeiras; c) Executar, em geral, os demais atos e medidas relacionadas com suas finalidades, inclusive quanto ao preparo do expediente próprio; d) Convocar Assembleia Geral. §4º - **Compete ao Diretor Comercial:** a) Representar a Sociedade em todos os atos de administração e gestão dos objetos sociais; b) Organizar e gerir as áreas comercial e de marketing, cabendo-lhe, ainda, elaborar os programas de desenvolvimento de novos negócios e aplicações; c) Executar, em geral, os demais atos e medidas relacionadas com suas finalidades, inclusive quanto ao preparo do expediente próprio; d) Convocar Assembleia Geral. §5º - Aos diretores compete, isoladamente. a) a representação da Sociedade ante órgãos e entidades públicas, no que diz respeito à execução dos objetivos sociais; b) despedida e punição de empregados, liberação e movimentação de FGTS e outros benefícios previdenciários, quitações e rescisões trabalhistas, representação perante entidades sindicais, previdenciários e órgãos do ministério do Trabalho; c) prática de atos ordinários de administração tais como emissão de faturas, duplicatas ou título de crédito sendo a Sociedade na condição de credora, além da prática dos atos ordinários de administração dos negócios sociais; d) a celebração de qualquer contrato ou qualquer ato jurídico que gere obrigações para a Sociedade em valor igual ou inferior a R\$ 200.000,00. §6º - Depende da assinatura de, no mínimo, 2 (dois) diretores ou 1 diretor e um procurador, em conjunto, sendo, no mínimo um deles o Diretor Presidente ou Vice-Presidente: a) a prática de todo e qualquer ato não descrito no parágrafo quarto acima ou em outro dispositivo deste Estatuto Social que exija a intervenção e número de diretores diferentes; b) a abertura de contas, suas movimentações junto a qualquer instituição bancária ou financeira, e emissão e endosso de cheques ou ordens de pagamento; c) a celebração de qualquer contrato ou qualquer ato jurídico que gere obrigações para a Sociedade em valor superior a R\$ 200.000,00; d) a outorga de procuração com poderes de cláusula "ad negotia" e/ou "ad iudicia", com ou sem a outorga de poderes especiais; §7º - Nas demais hipóteses, a companhia será representada sempre conjuntamente por 2 diretores, ou por 1 diretor e procurador, ou por 1(lum) ou mais procuradores, sempre respeitando os poderes a eles conferidos. §8º - A nomeação de procurador para as demais finalidades exigirá sempre a assinatura de, no mínimo, 2 diretores. §9º - Cumpridas todas as formalidades da lei, declarou o Sr. Presidente que estavam eleitos como Diretores, nos respectivos cargos: O Sr. **Marco Antonio Gutfreund Formicola**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº. 9.741.980 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 030.853.378-06, domiciliado na Avenida Jabaquara, nº. 3.060, 3º Andar, Conjunto 301, Bairro de Mirandópolis, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04046-500; para o cargo de Diretor- Presidente; O Sr. **Valter Carmona**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 7.974.245 - SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 667.077.658-68, domiciliado na Avenida Jabaquara, nº 3.060, 3º Andar, Conjunto 302, Bairro de Mirandópolis, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04046-500; para o cargo de Diretor Vice Presidente; e O Sr. **Alex da Silva Cobra**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador da cédula de Identidade RG nº. 29.041.953-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº. 215.771.438-33, domiciliado na Avenida Jabaquara, nº. 3.060, 3º Andar, Conjunto 304, Bairro de Mirandópolis, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04046-500; para o cargo de Diretor Comercial. Os administradores declaram sob as penas da Lei que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade empresária, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por encontrarem-se sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou propriedade. **Artigo 15º** - É expressamente defeso aos Diretores o uso da denominação social em negócios estranhos ao objeto social, bem como a prestação, pela Sociedade, de garantias reais ou fidejussórias, fianças, avais, ou outras transações que beneficiem terceiros (pessoas físicas ou jurídicas), salvo quando autorizadas pela Assembleia Geral. **Artigo 16º** - Os Diretores poderão receber remuneração que venha a ser estabelecida em Assembleia Geral. **Capítulo V- Do Exercício Social e da Distribuição de Dividendos. Artigo 19º** - O exercício social coincidirá com o ano civil. Ao final de cada exercício, serão elaborados os balanços e as demonstrações contábeis previstas em lei, observadas as normas então vigentes. **Artigo 20º** - A Assembleia Geral deliberará acerca do resultado apurado ao final de cada exercício social. **Artigo 21º** - A Sociedade poderá levantar Balanços Patrimoniais parciais e intercalares para fins de deliberação sobre resultado e distribuição de dividendos em períodos inferiores ao do exercício social. **Artigo 22º** - Os lucros líquidos, regularmente apurados nos balanços, serão distribuídos na seguinte conformidade: 5% para a constituição da Reserva Legal; o restante será distribuído como dividendo aos acionistas. **Artigo 23º** - Os Acionistas fixam, como dividendo mínimo obrigatório, o percentual de 25% do lucro apurado pela Sociedade no exercício anterior, exceto nos casos em que haja concordância unânime dos acionistas. **Capítulo VI- Da Dissolução e Liquidação. Artigo 24º** - Nos casos de liquidação ou dissolução, os Acionistas elegerão um liquidante, que procederá, na forma da lei, o levantamento dos haveres da Sociedade e a divisão proporcional à parricupação dos acionistas no capital social. **Parágrafo único** - A Assembleia Geral que eleger o liquidante poderá estabelecer normas procedimentais respectivas. **Capítulo VII - Do Acordo de Acionistas. Artigo 25º** - A Diretoria da Sociedade e o presidente da Assembleia Geral deverão respeitar as disposições validamente acordadas em Acordo de Acionistas depositado na sede da Sociedade, quando houver. **Capítulo VIII - Do Foro. Artigo 26º** - Fica eleito o foro da comarca de São Paulo/SP para dirimir as controvérsias oriundas da relação societária estabelecida pelos acionistas nesta Sociedade, inclusive quanto aos conflitos envolvendo a própria Sociedade e seus administradores, acionistas ou não. **Capítulo IX - Dos Casos Omissos. Artigo 27º** - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela legislação vigente da Lei das Sociedades por Ações 6.404/76, e legislação posterior. *Certifico que o presente instrumento é cópia fiel do original lavrado no Livro de Registro de Atas de Assembleia Geral da Sociedade.* São Paulo (SP), 28 de fevereiro de 2025.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 15/04/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



ISQ Participações Ltda.

CNPJ/ME nº 58.519.816/0001-06 - NIRE 35.265.768.976

Instrumento Particular de 1ª Alteração de Contrato Social para a Transformação de Tipo Jurídico de Sociedade Limitada em Sociedade Anônima

Pelo presente Instrumento Particular de 1ª Alteração de Contrato Social para a Transformação de Tipo Jurídico de Sociedade Limitada em Sociedade Anônima, as partes a seguir descritas e qualificadas (i) **Nicolle Ramos de Almeida**, brasileira, solteira, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG sob o n.º 39.498.919-3 SSP/SP, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o n.º 374.911.538-95, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1636, sala 1504, Cerqueira César, CEP 01310-200; e (ii) **Lauanda Kathleen Cardoso Gomes**, brasileira, casada, empresária, portadora da Carteira de Nacional de Habilitação (CNH) sob o n.º 08676403901, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o n.º 395.924.948-94, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1636, sala 1504, Cerqueira César, CEP 01310-200, sócias quotistas representando a totalidade do capital social votante da pessoa jurídica denominada **ISQ Participações Ltda.**, Sociedade Limitada, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 58.519.816/0001-06, com sede social localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1636, sala 1504, Cerqueira César, CEP 01310-200, com seu ato constitutivo devidamente arquivado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob NIRE nº 35.265.768.976 ("Sociedade"), resolvem, na melhor forma de direito, alterar e consequentemente transformar o tipo jurídico da Sociedade, o qual passará de Sociedade Limitada para Sociedade Anônima de Capital Fechado, nos termos do artigo 1.113 e seguintes da Lei Federal n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (o "Código Civil"), conforme segue: 1.1. Aprovaram os acionistas a transformação do tipo jurídico da Sociedade em sociedade anônima de capital fechado, nos termos dos artigos 1.113 e seguintes do Código Civil. 2.1. Aprovaram os acionistas a conversão da totalidade de 1.000 (mil) de quotas sociais, totalmente integralizadas, representativas do capital social da Sociedade, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada quota, em 1.000 (mil) Ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal, as quais são emitidas pela Sociedade e subscritas em sua integralidade pelo acionista, conforme Boletins de Subscrição anexo ao presente instrumento na forma de **Anexos I**. 3.1. Aprovaram os acionistas a alteração do nome empresarial da Sociedade, que passará a girar sob a denominação social de **"ISQ Participações S.A."**, bem como esclarecem, ainda, que a Sociedade passará a ser designada simplesmente como **"Companhia"** e permanecerá com a mesma escrituração, atendidas as exigências fiscais e contábeis, e continuará, sem nenhuma interrupção, com todos os seus negócios sociais. 4.1. Aprovaram a eleição do novo Diretor Presidente da Companhia **Nicolle Ramos de Almeida**, brasileira, solteira, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG sob o n.º 39.498.919-3 SSP/SP, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o n.º 374.911.538-95, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1636, sala 1504, Cerqueira César, CEP 01310-200, para ocupar o cargo de **Diretor Presidente** da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2028, permitida a reeleição, nos termos do Estatuto Social da Companhia. 5.1. Aprovaram a nova redação do Estatuto Social da Companhia anexo que, uma vez devidamente assinado pelos signatários deste instrumento, integra o presente instrumento na forma de **Anexo I**, reescrito, alterado e adequado para atender os requisitos da LSA. 6.1. Em decorrência da deliberação acima, resolve o acionista aprovar o Estatuto Social que passará a reger a Companhia, nos termos deste instrumento. 7.1. Por fim, observando-se os preceitos do Parágrafo Único do artigo 220 da LSA, e assinam o presente instrumento de alteração contratual em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas. São Paulo, 06 de janeiro de 2025. **Acionistas: Nicolle Ramos de Almeida e Lauanda Kathleen Cardoso Gomes. Diretora: Nicolle Ramos de Almeida. Visto do Advogado: Pablo Nunes Pal Singh Nain, OAB/SP nº. 372.320. JUCESP/NIRE nº 3530065551-6. JUCESP nº 23.476/25-4 em 16/01/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.**

Dryx Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 58.828.149/0001-43 - NIRE: 35.265.871.521

Instrumento Particular de 1ª Alteração de Contrato Social para a Transformação de Tipo Jurídico de Sociedade Limitada em Sociedade Anônima

Pelo presente Instrumento Particular de 1ª Alteração de Contrato Social para a Transformação de Tipo Jurídico de Sociedade Limitada em Sociedade Anônima, as partes a seguir descritas e qualificadas (i) **Tayná Gomes da Silva**, brasileira, solteira, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 49.998.445-6, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/MF) sob o n.º 415.697.528-26, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1811, escritório 1119, Jardim Paulistano, CEP 01452-001; e (ii) **Lauanda Kathleen Cardoso Gomes**, brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 39.961.132-0, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/MF) sob o n.º 395.924.948-94, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1811, escritório 1119, Jardim Paulistano, CEP 01452-001, sócias quotistas representando a totalidade do capital social votante da pessoa jurídica denominada **Dryx Participações Ltda.**, Sociedade Limitada, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/MF) sob o nº 58.828.149/0001-43, com sede social localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1811, escritório 1119, Jardim Paulistano, CEP 01452-001, com seu ato constitutivo devidamente arquivado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob NIRE nº 35.265.871.521 ("Sociedade"), resolvem, na melhor forma de direito, alterar e consequentemente transformar o tipo jurídico da Sociedade, o qual passará de Sociedade Limitada para Sociedade Anônima de Capital Fechado, nos termos do artigo 1.113 e seguintes da Lei Federal n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (o "Código Civil"), conforme segue: 1.1. Aprovaram os acionistas a transformação do tipo jurídico da Sociedade em sociedade anônima de capital fechado, nos termos dos artigos 1.113 e seguintes do Código Civil. 2.1. Aprovaram os acionistas a conversão da totalidade de 1.000 (mil) de quotas sociais, totalmente integralizadas, representativas do capital social da Sociedade, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada quota, em 1.000 (mil) Ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal, as quais são emitidas pela Sociedade e subscritas em sua integralidade pelo acionista, conforme Boletins de Subscrição anexo ao presente instrumento na forma de **Anexos II**. 3.1. Aprovaram os acionistas a alteração do nome empresarial da Sociedade, que passará a girar sob a denominação social de **"Dryx Participações S.A."**, bem como esclarecem, ainda, que a Sociedade passará a ser designada simplesmente como **"Companhia"** e permanecerá com a mesma escrituração, atendidas as exigências fiscais e contábeis, e continuará, sem nenhuma interrupção, com todos os seus negócios sociais. 4.1. Aprovaram a eleição do novo Diretor Presidente da Companhia, **Tayná Gomes da Silva**, brasileira, solteira, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 49.998.445-6, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o n.º 415.697.528-26, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1811, escritório 1119, Jardim Paulistano, CEP 01452-001, para ocupar o cargo de **Diretor Presidente** da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2028, permitida a reeleição, nos termos do Estatuto Social da Companhia. 5.1. Aprovaram a nova redação do Estatuto Social da Companhia anexo que, uma vez devidamente assinado pelos signatários deste instrumento, integra o presente instrumento na forma de **Anexo I**, reescrito, alterado e adequado para atender os requisitos da LSA. 6.1. Em decorrência da deliberação acima, resolve o acionista aprovar o Estatuto Social que passará a reger a Companhia, nos termos deste instrumento. 7.1. Por fim, observando-se os preceitos do Parágrafo Único do artigo 220 da LSA, e assinam o presente instrumento de alteração contratual em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas. São Paulo, 15 de janeiro de 2025. **Acionistas: Tayná Gomes da Silva e Lauanda Kathleen Cardoso Gomes. Diretor: Tayná Gomes da Silva. Visto do Advogado: Pablo Nunes Pal Singh Nain, OAB/SP nº. 372.320. JUCESP/NIRE nº 3530065593-1. JUCESP nº 24.889/25-8 em 23/01/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.**

Leitesol Indústria e Comércio S/A

CNPJ/MF nº 65.979.973/0001-60 - NIRE 35.300.131.321

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 05 de março de 2025

1) Data e Horário: 05 de março de 2025 às 11:00hs. **2) Local:** Sede Social, na cidade de Bragança Paulista, Estado de São Paulo, na Rodovia Alkinder Monteiro Junqueira, s/nº - Km. 52,5 - Sala A. **3) Convocação:** Dispensada a comprovação da convocação prévia pela imprensa, de acordo com o que faculta o § 4º do Artigo 124 e o Artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, bem como o Parágrafo Único do Artigo 12 do Estatuto Social. **4) Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme se verifica pelas assinaturas no livro de presença de acionistas. **5) Mesa:** Sr. Sebastian Luis Maraggi - Presidente e Sr. Alexandre Lima da Silva - Secretário. **6) Ordem do Dia:** **a)** Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Resultado do Exercício, Resultado Abrangente e Fluxos de Caixa, relativos ao exercício encerrado em 31.12.2024; **b)** Reratificar os termos da AGE de 11/06/2024, para determinar a destinação e distribuição de dividendos; **c)** Aprovar o parecer dos auditores independentes relativo ao balanço de 31.12.2024; **d)** Definir a destinação do saldo da conta de "Reserva de Lucros a Realizar" no balanço de 31.12.2024; **e)** Ratificar todos os atos da Diretoria da gestão 2024-2025; **f)** Eleger os Membros da Diretoria para o próximo exercício. **7) Deliberações Tomadas por Unanimidade:** Os acionistas aprovaram: **a)** O Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, devidamente publicado no Jornal Data Mercantil no dia 14 de fevereiro de 2025, versões impressa e digital; **b)** O Parecer dos Auditores Independentes "Deloitte Touche Tohmatsu - Auditores Independentes"; **c)** Reratificação dos termos da AGE datada de 11/06/2024, levada a Registro pela Jucesp nº 226.885/24-0 de 20/06/2024, onde consta: A distribuição a título de dividendos do valor de R\$ 77.000.000,00 (Setenta e sete milhões de reais) constante de conta de Reservas de Lucros de exercícios anteriores encerrados até 31/12/2023. Para constar: que a distribuição dos dividendos no valor total de R\$ 77.000.000,00 (Setenta e sete milhões de reais) se refere à soma dos seguintes valores: • R\$ 32.235.954,00 (trinta e dois milhões, duzentos e trinta e cinco mil, novecentos e cinquenta e quatro reais) a título de antecipação de dividendos do ano 2024, relativos ao Lucro Líquido acumulado com base no resultado no período de 01/01/2024 a 31/05/2024; • R\$ 8.895.616,00 (Oito milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, seiscentos e dezesseis reais), correspondentes a valores em Reserva de Lucros, relativos ao ano de 2023; e • R\$ 35.868.430,00 (Trinta e cinco milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e trinta reais) correspondentes a valores em Reserva de Lucros, relativos ao ano de 2022; **d)** O lucro líquido total apurado em 31/12/2024 corresponde a R\$ 66.157.992 (Sessenta e seis milhões, cento e cinquenta e sete mil, novecentos e noventa e dois reais), dos quais R\$ 32.235.954 (trinta e dois milhões, duzentos e trinta e cinco mil, novecentos e cinquenta e quatro reais) já foram distribuídos a título de antecipação de dividendos do ano 2024, conforme item c) acima; **e)** A distribuição de dividendos aos Acionistas, sobre o Lucro Líquido do ano de 2024, correspondente ao valor de R\$ 16.539.498 (Dezesseis milhões, quinhentos e trinta e nove mil, quatrocentos e noventa e oito reais); **f)** Considerando as deliberações e remessas constantes dos itens c) a f) acima, o saldo a pagar dos dividendos e Juros sobre Capital Próprio, já distribuídos e registrados no Passivo circulante tendo como base o Balanço Patrimonial de 31/12/2024, totaliza R\$ 37.582.433 (Trinta e sete milhões, quinhentos e oitenta e dois mil e quatrocentos e trinta e três reais), sendo: R\$ 31.975.063 (Trinta e cinco milhões, novecentos e setenta e cinco mil, trezentos e trinta e três reais) a título de dividendos e R\$ 5.607.368 (cinco milhões, seiscentos e sete mil, trezentos e sessenta e oito reais) a título de Juros sobre Capital Próprio (UCP), ambos já deliberados nas assembleias anteriores; **g)** Os dividendos constantes no item f) acima serão pagos total ou parcialmente até 31 de dezembro de 2025, conforme planejamento financeiro da sociedade; **h)** A destinação do saldo remanescente do Lucro Líquido à conta de "Reserva de Retenção Lucros", na forma do artigo 197 da Lei 6.404/76, para distribuição futura na forma de dividendos ou reinvestimento na companhia, nos termos do estatuto social; **i)** Registrar o pagamento de dividendos remetidos aos acionistas no valor de R\$ 576.960,00 (quinhentos e setenta e seis mil, novecentos e sessenta reais) em 25/02/2025; **j)** O saldo dos dividendos na presente data, após o pagamento realizado acima, totaliza R\$ 37.005.473 (Trinta e sete milhões, cinco mil e quatrocentos e setenta e três reais), sendo: R\$ 31.398.103 (Trinta e um milhões, trezentos e noventa e oito mil, cento e três reais) a título de dividendos e R\$ 5.607.368 (cinco milhões, seiscentos e sete mil, trezentos e sessenta e oito reais) a título de Juros sobre Capital Próprio (UCP), ambos já deliberados nas assembleias anteriores; **k)** E ratificaram todos os demais atos da Diretoria eleita para a gestão 2024/2025; **(l) Eleição dos Membros da Diretoria:** os acionistas reelegem para o próximo exercício os seguintes diretores para o mandato de 01 (hum) ano: **para o cargo de Diretor Presidente - Sr. Sebastian Luis Maraggi**, argentino, casado, administrador de empresas, domiciliado na cidade de Barueri, na Alameda Madeira, 222 - 10º andar, Cédula de Identidade para Estrangeiro RNE nº V175734-3 e inscrito no CPF/MF sob o nº 213.509.268-17 e para o **cargo de Diretor Administrativo - Sr. Alexandre Lima da Silva**, brasileiro, casado, domiciliado na Cidade de Barueri, na Alameda Madeira, nº 222 -10º andar, portador da Cédula de Identidade RG nº 22.252.822-9 e inscrito no CPF/ME sob o nº 180.433.658-06, que declaram, na forma da lei, que não estão condenados pela prática de qualquer crime, definitiva ou temporariamente, que os impeçam de assumir ou exercer a Diretoria da Companhia, assinando o competente Termo de Posse que segue como Anexo II da presente Ata. Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade dos votos. **8) Suspensão dos Trabalhos e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a tratar e como ninguém desejou fazer uso da palavra, declarou o Sr. Presidente encerrada a Assembleia, da qual lavrou-se a presente Ata que, lida e achada conforme, vai, afinal, assinada e registrada. Bragança Paulista-SP, 05 de março de 2025. **Secretário: Alexandre Lima da Silva; Presidente: Sebastian Luis Maraggi. Mastellone Hermanos Sociedad Anónima P.p.** Benedicto Celso Benicio Jr., **Mastellone San Luis Sociedad Anónima P.p.** Benedicto Celso Benicio Jr. **Benedicto Celso Benicio Jr.** OAB/SP nº 131.896. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 129.558/25-4 em 09/04/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Moorea Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 58.865.391/0001-97 - NIRE 35.265.882.141

Instrumento Particular de 1ª Alteração de Contrato Social para a Transformação de Tipo Jurídico de Sociedade Limitada em Sociedade Anônima

Pelo presente Instrumento Particular de 1ª Alteração de Contrato Social para a Transformação de Tipo Jurídico de Sociedade Limitada em Sociedade Anônima, as partes a seguir descritas e qualificadas (i) **Tayná Gomes da Silva**, brasileira, solteira, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 49.998.445-6, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/MF) sob o n.º 415.697.528-26, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1636, sala 1504, Cerqueira César, CEP 01310-200; e (ii) **Lauanda Kathleen Cardoso Gomes**, brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 39.961.132-0, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/MF) sob o n.º 395.924.948-94, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1636, sala 1504, Cerqueira César, CEP 01310-200, sócias quotistas representando a totalidade do capital social votante da pessoa jurídica denominada **Moorea Participações Ltda.**, Sociedade Limitada, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/MF) sob o nº 58.865.391/0001-97, com sede social localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1636, sala 1504, Cerqueira César, CEP 01310-200, com seu ato constitutivo devidamente arquivado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob NIRE nº 35.265.882.141 ("Sociedade"), resolvem, na melhor forma de direito, alterar e consequentemente transformar o tipo jurídico da Sociedade, o qual passará de Sociedade Limitada para Sociedade Anônima de Capital Fechado, nos termos do artigo 1.113 e seguintes da Lei Federal n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (o "Código Civil"), conforme segue: 1.1. Aprovaram os acionistas a transformação do tipo jurídico da Sociedade em sociedade anônima de capital fechado, nos termos dos artigos 1.113 e seguintes do Código Civil. 2.1. Aprovaram os acionistas a conversão da totalidade de 1.000 (mil) de quotas sociais, totalmente integralizadas, representativas do capital social da Sociedade, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada quota, em 1.000 (mil) Ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal, as quais são emitidas pela Sociedade e subscritas em sua integralidade pelo acionista, conforme Boletins de Subscrição anexo ao presente instrumento na forma de **Anexos II**. 3.1. Aprovaram os acionistas a alteração do nome empresarial da Sociedade, que passará a girar sob a denominação social de **"Moorea Participações S.A."**, bem como esclarecem, ainda, que a Sociedade passará a ser designada simplesmente como **"Companhia"** e permanecerá com a mesma escrituração, atendidas as exigências fiscais e contábeis, e continuará, sem nenhuma interrupção, com todos os seus negócios sociais. 4.1. Aprovaram a eleição do novo Diretor Presidente da Companhia, **Tayná Gomes da Silva**, brasileira, solteira, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 49.998.445-6, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o n.º 415.697.528-26, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1636, sala 1504, Cerqueira César, CEP 01310-200, para ocupar o cargo de **Diretor Presidente** da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2028, permitida a reeleição, nos termos do Estatuto Social da Companhia. 5.1. Aprovaram a nova redação do Estatuto Social da Companhia anexo que, uma vez devidamente assinado pelos signatários deste instrumento, integra o presente instrumento na forma de **Anexo I**, reescrito, alterado e adequado para atender os requisitos da LSA. 6.1. Em decorrência da deliberação acima, resolve o acionista aprovar o Estatuto Social que passará a reger a Companhia, nos termos deste instrumento. 7.1. Por fim, observando-se os preceitos do Parágrafo Único do artigo 220 da LSA, e assinam o presente instrumento de alteração contratual em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas. São Paulo, 15 de janeiro de 2025. **Acionistas: Tayná Gomes da Silva e Lauanda Kathleen Cardoso Gomes. Diretor: Tayná Gomes da Silva. Visto do Advogado: Pablo Nunes Pal Singh Nain, OAB/SP nº. 372.320. JUCESP/NIRE nº 3530065594-0. JUCESP nº 24.890/25-0 em 23/01/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.**

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 15/04/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Neon Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ/ME nº 61.723.847/0001-99 – NIRE 35.300.016.092

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de janeiro de 2025

1. Data, hora e local: em 30 de janeiro de 2025, às 09h, na sede social da da **Neon Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, localizada na Avenida Francisco Matarazzo, 1.350, Andar 2, Água Branca, CEP 05.001-100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (“Companhia”). **2. Convocação e presença:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei 6.404/76”), tendo em vista a presença da única acionista da Companhia, representando a totalidade do seu capital social, conforme assinatura constante no Livro de Presença de Acionistas. **3. Composição da Mesa:** Presidente: **Sr. Jamil Saud Marques**; Secretária: **Sra. Fernanda Solon**. **4. Ordem do dia: (i)** retificar a Assembleia Geral Extraordinária de 03.12.2024, às 09:00 hrs (“AGE 03.12.2024”) para tornar sem efeito a eleição de nova diretora para compor a diretoria da Companhia, Sra. Roberta Neves Valezio, conforme deliberado no item 6.1 da AGE 03.12.2024, **(ii)** ratificar a eleição de novo membro da diretoria, Sr. Marcos Muller Lopes Fonseca, conforme deliberado no item 6.1 da AGE de 03.12.2024, e **(iii)** consolidar a composição da diretoria bem como ratificar todas as demais deliberações tomadas na AGE de 03.12.2024. **5. Considerações Preliminares:** A única acionista autorizou a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do Artigo 130, § 1º e 2º da Lei 6.404/76. De acordo com a Lei nº 14.030, editada pelo Governo Federal em 28 de julho de 2020 e por ser esta instituição uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, esta Ata de Assembleia Geral Extraordinária foi realizada de maneira virtual e os votos relativos às matérias acima, foram manifestados expressamente durante a reunião, com a assinatura dos participantes de maneira eletrônica através da plataforma digital, sistema eletrônico com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a sua autoria e a integridade, na forma do § 2º do art. 10 da medida provisória nº 2.200-2/2001. **6. Deliberações:** Colocadas as matérias em discussão e posterior votação, os representantes da única acionista da Companhia, por unanimidade e sem qualquer ressalva, deliberaram o que segue: **6.1** Tornar sem efeito a eleição da diretora, a Sra. **Roberta Neves Valezio**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 39238679-SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob nº 416.855.118-05, com endereço profissional na Avenida Francisco Matarazzo, 1.350, Andar 2, Água Branca, CEP 05.001-100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, deliberado conforme item 6.1 da AGE 03.12.2024. **6.2** Ratificar para todos os fins a eleição do diretor, Sr. **Marcos Muller Lopes Fonseca**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bacharel em sistemas da informação, portador da Cédula de Identidade RG nº MG12396703 – SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob nº 016.125.246-05, com endereço comercial na Avenida Francisco Matarazzo, 1.350, Andar 2, Água Branca, CEP 05.001-100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo., conforme item 6.1 da AGE de 03.12.2024. **6.3** Condicionada à aprovação do Banco Central do Brasil, confirmar a composição da Diretoria da Companhia conforme quadro a seguir, após aprovação do diretor conforme item 6.2 acima. O mandato dos Diretores listados se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária que analisar as contas do exercício findo em 2024: • Pedro Henrique de Souza Conrade – Diretor Executivo I • Fernando Carvalho Botelho de Miranda – Diretor Executivo I • Jamil Saud Marques – Diretor Executivo II • Cristiano Fernandes da Silva – Diretor Executivo II • Juliana Noriko Yamada – Diretor Executivo II • Fernanda Solon – Diretor Executivo II • Alexandre Augusto Zaia Rodrigues – Diretor Executivo II • Fernando Henrique Montanari da Mota – Diretor Executivo II • Wagner Leão Costa Filho – Diretor Executivo II • Marcos Muller Lopes Fonseca – Diretor Executivo II. **7. Encerramento, Lavratura e Leitura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente Assembleia Geral Extraordinária, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **Mesa:** Jamil Saud Marques, Presidente; e Fernanda Solon, Secretária. **Acionista:** Neon Holding Conglomerado Ltda. São Paulo, 30 de janeiro de 2025. Mesa: **Jamil Saud Marques** – Presidente; **Fernanda Solon** – Secretária. Acionista: **Neon Holding Conglomerado Ltda. p.p Jamil Saud Marques e Cristiano Fernandes da Silva**. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 94.316/25-9 em 17/03/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Neon Pagamentos S.A. Instituição de Pagamento

CNPJ/ME nº 20.855.875/0001-82 – NIRE 35.300.476.581

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de janeiro de 2025

1. Data, hora e local: em 30 de janeiro de 2025, às 11h, na sede social da **Neon Pagamentos S.A. – Instituição de Pagamento**, localizada na Avenida Francisco Matarazzo, 1.350, Andar 2, Água Branca, CEP 05.001-100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (“Companhia”). **2. Convocação e presença:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei 6.404/76”), tendo em vista a presença da única acionista da Companhia, representando a totalidade do seu capital social, conforme assinatura constante no Livro de Presença de Acionistas. **3. Composição da Mesa:** Presidente: **Sr. Jamil Saud Marques**; Secretária: **Sra. Fernanda Solon**. **4. Ordem do dia: (i)** retificar a Assembleia Geral Extraordinária de 03.12.2024, às 11:00 hrs (“AGE 03.12.2024”) para tornar sem efeito a eleição de nova diretora para compor a diretoria da Companhia, Sra. Roberta Neves Valezio, conforme deliberado no item 6.1 da AGE 03.12.2024, **(ii)** ratificar a eleição de novo membro da diretoria, Sr. Marcos Muller Lopes Fonseca, conforme deliberado no item 6.1 da AGE de 03.12.2024, e **(iii)** consolidar a composição da diretoria bem como ratificar todas as demais deliberações tomadas na AGE de 03.12.2024. **5. Considerações Preliminares:** A única acionista autorizou a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do Artigo 130, § 1º e 2º da Lei 6.404/76. De acordo com a Lei nº 14.030, editada pelo Governo Federal em 28 de julho de 2020 e por ser esta instituição uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, esta Ata de Assembleia Geral Extraordinária foi realizada de maneira virtual e os votos relativos às matérias acima, foram manifestados expressamente durante a reunião, com a assinatura dos participantes de maneira eletrônica através da plataforma digital, sistema eletrônico com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a sua autoria e a integridade, na forma do § 2º do art. 10 da medida provisória nº 2.200-2/2001. **6. Deliberações:** Colocadas as matérias em discussão e posterior votação, os representantes da única acionista da Companhia, por unanimidade e sem qualquer ressalva, deliberaram o que segue: **6.1** Tornar sem efeito a eleição da diretora, a Sra. **Roberta Neves Valezio**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 39238679-SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob nº 416.855.118-05, com endereço profissional na Avenida Francisco Matarazzo, 1.350, Andar 2, Água Branca, CEP 05.001-100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, deliberado conforme item 6.1 da AGE 03.12.2024. **6.2** Ratificar para todos os fins a eleição do diretor, Sr. **Marcos Muller Lopes Fonseca**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bacharel em sistemas da informação, portador da Cédula de Identidade RG nº MG12396703 – SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob nº 016.125.246-05, com endereço comercial na Avenida Francisco Matarazzo, 1.350, Andar 2, Água Branca, CEP 05.001-100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo., conforme item 6.1 da AGE de 03.12.2024. **6.3** Condicionada à aprovação do Banco Central do Brasil, confirmar a composição da Diretoria da Companhia conforme quadro a seguir, após aprovação do diretor conforme item 6.2 acima. O mandato dos Diretores listados se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária que analisar as contas do exercício findo em 2024: • Pedro Henrique de Souza Conrade – Diretor Executivo I • Fernando Carvalho Botelho de Miranda – Diretor Executivo I • Jamil Saud Marques – Diretor Executivo II • Cristiano Fernandes da Silva – Diretor Executivo II • Juliana Noriko Yamada – Diretor Executivo II • Fernanda Solon – Diretor Executivo II • Alexandre Augusto Zaia Rodrigues – Diretor Executivo II • Fernando Henrique Montanari da Mota – Diretor Executivo II • Wagner Leão Costa Filho – Diretor Executivo II • Marcos Muller Lopes Fonseca – Diretor Executivo II. **7. Encerramento, Lavratura e Leitura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente Assembleia Geral Extraordinária, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **Mesa:** Jamil Saud Marques, Presidente; e Fernanda Solon, Secretária. **Acionista:** Neon Holding Conglomerado Ltda. São Paulo, 30 de janeiro de 2025. Mesa: **Jamil Saud Marques** – Presidente; **Fernanda Solon** – Secretária. Acionista: **Neon Holding Conglomerado Ltda. p.p Jamil Saud Marques e Cristiano Fernandes da Silva**. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 94.314/25-1 em 17/03/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Neon Pagamentos S.A. Instituição de Pagamento

CNPJ/ME nº 20.855.875/0001-82 – NIRE 35.300.476.581

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de dezembro de 2024

1. Data, hora e local: em 03 de dezembro de 2024, às 11h00, na sede social da **Neon Pagamentos S.A. – Instituição de Pagamento**, localizada na Avenida Francisco Matarazzo, 1.350, Andar 2, Água Branca, CEP 05.001-100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (“Companhia”). **2. Convocação e presença:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei 6.404/76”), tendo em vista a presença da única acionista da Companhia, representando a totalidade do seu capital social, conforme assinatura constante no Livro de Presença de Acionistas. **3. Composição da Mesa:** Presidente: **Sr. Jamil Saud Marques**; Secretária: **Sra. Fernanda Solon**. **4. Ordem do dia: (i)** eleger novos membros da diretoria e **(ii)** consolidar a composição da diretoria. **5. Considerações Preliminares:** A única acionista autorizou a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do Artigo 130, § 1º e 2º da Lei 6.404/76. De acordo com a Lei nº 14.030, editada pelo Governo Federal em 28 de julho de 2020 e por ser esta instituição uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, esta Ata de Assembleia Geral Extraordinária foi realizada de maneira virtual e os votos relativos às matérias acima, foram manifestados expressamente durante a reunião, com a assinatura dos participantes de maneira eletrônica através da plataforma digital, sistema eletrônico com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a sua autoria e a integridade, na forma do § 2º do art. 10 da medida provisória nº 2.200-2/2001. **6. Deliberações:** Colocadas as matérias em discussão e posterior votação, os representantes da única acionista da Companhia, por unanimidade e sem qualquer ressalva, deliberaram o que segue: **6.1** Eleger os membros abaixo qualificados, para o cargo de Diretor Executivo II, para o mandato atual em curso que se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária que analisar as contas do exercício findo em 2024, a saber: **Roberta Neves Valezio**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 39238679-SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob nº 416.855.118-05, com endereço comercial na Avenida Francisco Matarazzo, 1.350, Andar 2, Água Branca, CEP 05.001-100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Marcos Muller Lopes Fonseca**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bacharel em sistemas da informação, portador da Cédula de Identidade RG nº MG12396703 – SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob nº 016.125.246-05, com endereço comercial na Avenida Francisco Matarazzo, 1.350, Andar 2, Água Branca, CEP 05.001-100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **6.2** Os Diretores eleitos declaram para os devidos fins e efeitos legais que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia, por qualquer lei especial, e que não foram condenados por qualquer crime, bem como não estão sob os efeitos de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nem foram condenados por crime falimentar, de prevaricação, suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **6.3** Condicionada à aprovação do Banco Central do Brasil, confirmar a composição da Diretoria da Companhia conforme quadro a seguir. O mandato dos Diretores listados se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária que analisar as contas do exercício findo em 2024: • Pedro Henrique de Souza Conrade – D. Executivo I • Fernando Carvalho Botelho de Miranda – D. Executivo I • Jamil Saud Marques – D. Executivo II • Cristiano Fernandes da Silva – D. Executivo II • Juliana Noriko Yamada – D. Executivo II • Fernanda Solon – D. Executivo II • Alexandre Augusto Zaia Rodrigues – D. Executivo II • Fernando Henrique Montanari da Mota – D. Executivo II • Wagner Leão Costa Filho – D. Executivo II • Roberta Neves Valezio – D. Executivo II • Marcos Muller Lopes Fonseca – D. Executivo II. **7. Encerramento, Lavratura e Leitura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente Assembleia Geral Extraordinária, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **Mesa:** Jamil Saud Marques, Presidente; e Fernanda Solon, Secretária. **Acionista:** Neon Holding Conglomerado Ltda. São Paulo, 03 de dezembro de 2024. Mesa: **Jamil Saud Marques** – Presidente; **Fernanda Solon** – Secretária. Acionista: **Neon Holding Conglomerado Ltda. p.p Jamil Saud Marques e Cristiano Fernandes da Silva**. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 94.313/25-8 em 17/03/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Neon Consiga Mais Cobrança e Serviços S.A.

CNPJ/ME nº 29.229.539/0001-7 – NIRE 35.300.552.482

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de março de 2025

1. Data, hora e local: em 25 de março de 2025, às 08h00, na sede social da **Neon Consiga Mais Cobrança e Serviços S.A.** (“Companhia”), localizada na Avenida Francisco Matarazzo, 1.350, Andar 2, Água Branca, CEP 05.001-100, na Cidade e Estado de São Paulo. **2. Convocação e presença:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei 6.404/76”), em razão da presença das acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **3. Composição da Mesa:** Presidente: **Sr. Jamil Saud Marques**; Secretário: **Sr. Cristiano Fernandes da Silva**. **4. Ordem do dia: (i)** eleger novo membro da diretoria e **(ii)** consolidar a composição da diretoria. **5. Considerações Preliminares:** As acionistas autorizaram a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do Artigo 130, § 1º e 2º da Lei 6.404/76. De acordo com a Lei nº 14.030, editada pelo Governo Federal em 28 de julho de 2020 e por ser esta instituição uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, esta Ata de Assembleia Geral Extraordinária foi realizada de forma digital, com a assinatura dos participantes de maneira eletrônica através da plataforma digital, sistema eletrônico com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a sua autoria e a integridade, na forma do § 2º do art. 10 da medida provisória nº 2.200-2/2001. **6. Deliberações:** Colocadas as matérias em discussão e posterior votação, as acionistas da Companhia decidiram: 6.1. Eleger, para o cargo de Diretor Executivo II, para o mandato atual em curso, que se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2026, o membro abaixo qualificado: 6.1.1. O Sr. **Marcos Muller Lopes Fonseca**, brasileiro, bacharel em sistemas da informação, casado em comunhão parcial de bens, portador da Cédula de Identidade RG nº MG12396703 SSP/MG e inscrito no CPF/ME sob nº 016.125.246-05, com endereço comercial na Avenida Francisco Matarazzo, 1.350, 2º andar, Água Branca, CEP 05001-100, na Cidade e Estado de São Paulo. 6.2. Por consequência das deliberações anteriores, decidem as acionistas consolidar a composição da Diretoria da Companhia, cujos membros possuem prazo de mandato até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2026, conforme quadro a seguir: • Pedro Henrique de Souza Conrade e Fernando Carvalho Botelho de Miranda – Diretor Executivo I; • Cristiano Fernandes da Silva, Jamil Saud Marques, Juliana Noriko Yamada e Marcos Muller Lopes Fonseca – Diretor Executivo II. **7. Encerramento, Lavratura e Leitura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente Assembleia Geral Extraordinária, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **Mesa:** Jamil Saud Marques, Presidente; e Cristiano Fernandes da Silva, Secretário. **Acionistas:** Neon Payments Limited e Neon Pagamentos S.A. Instituição de Pagamento. São Paulo, 25 de março de 2025. **Mesa:** **Jamil Saud Marques; Cristiano Fernandes da Silva. Acionistas: Neon Payments Limited Neon Pagamentos S.A. – Instituição de Pagamento**, Pedro Henrique de Souza Conrade Jamil Saud Marques e Cristiano Fernandes da Silva. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 112.424/25-9 em 01/04/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Neon Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ/ME nº 61.723.847/0001-99 – NIRE 35.300.016.092

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de dezembro de 2024

1. Data, hora e local: em 03 de dezembro de 2024, às 9h00, na sede social da **Neon Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, localizada na Avenida Francisco Matarazzo, 1.350, Andar 2, Água Branca, CEP 05.001-100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (“Companhia”). **2. Convocação e presença:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei 6.404/76”), tendo em vista a presença da única acionista da Companhia, representando a totalidade do seu capital social, conforme assinatura constante no Livro de Presença de Acionistas. **3. Composição da Mesa:** Presidente: **Sr. Jamil Saud Marques**; Secretária: **Sra. Fernanda Solon**. **4. Ordem do dia: (i)** eleger novos membros da diretoria e **(ii)** consolidar a composição da diretoria. **5. Considerações Preliminares:** A única acionista autorizou a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do Artigo 130, § 1º e 2º da Lei 6.404/76. De acordo com a Lei nº 14.030, editada pelo Governo Federal em 28 de julho de 2020 e por ser esta instituição uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, esta Ata de Assembleia Geral Extraordinária foi realizada de maneira virtual e os votos relativos às matérias acima, foram manifestados expressamente durante a reunião, com a assinatura dos participantes de maneira eletrônica através da plataforma digital, sistema eletrônico com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a sua autoria e a integridade, na forma do § 2º do art. 10 da medida provisória nº 2.200-2/2001. **6. Deliberações:** Colocadas as matérias em discussão e posterior votação, os representantes da única acionista da Companhia, por unanimidade e sem qualquer ressalva, deliberaram o que segue: **6.1** Eleger os membros abaixo qualificados, para o cargo de Diretor Executivo II, para o mandato atual em curso que se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária que analisar as contas do exercício findo em 2024, a saber: **Roberta Neves Valezio**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 39238679-SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob nº 416.855.118-05, com endereço comercial na Avenida Francisco Matarazzo, 1.350, Andar 2, Água Branca, CEP 05.001-100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Marcos Muller Lopes Fonseca**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bacharel em sistemas da informação, portador da Cédula de Identidade RG nº MG12396703 – SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob nº 016.125.246-05, com endereço comercial na Avenida Francisco Matarazzo, 1.350, Andar 2, Água Branca, CEP 05.001-100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **6.2** Os Diretores eleitos declaram para os devidos fins e efeitos legais que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia, por qualquer lei especial, e que não foram condenados por qualquer crime, bem como não estão sob os efeitos de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nem foram condenados por crime falimentar, de prevaricação, suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **6.3** Condicionada à aprovação do Banco Central do Brasil, confirmar a composição da Diretoria da Companhia conforme quadro a seguir. O mandato dos Diretores listados se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária que analisar as contas do exercício findo em 2024: • Pedro Henrique de Souza Conrade – D. Executivo I • Fernando Carvalho Botelho de Miranda – D. Executivo I • Jamil Saud Marques – D. Executivo II • Cristiano Fernandes da Silva – D. Executivo II • Juliana Noriko Yamada – D. Executivo II • Fernanda Solon – D. Executivo II • Alexandre Augusto Zaia Rodrigues – D. Executivo II • Fernando Henrique Montanari da Mota – D. Executivo II • Wagner Leão Costa Filho – D. Executivo II • Roberta Neves Valezio – D. Executivo II • Marcos Muller Lopes Fonseca – D. Executivo II. **7. Encerramento, Lavratura e Leitura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente Assembleia Geral Extraordinária, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **Mesa:** Jamil Saud Marques, Presidente; e Fernanda Solon, Secretária. **Acionista:** Neon Holding Conglomerado Ltda. São Paulo, 03 de dezembro de 2024. Mesa: **Jamil Saud Marques** – Presidente **Fernanda Solon** – Secretária. Acionista: **Neon Holding Conglomerado Ltda. p.p Jamil Saud Marques e Cristiano Fernandes da Silva**. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 94.315/25-5 em 17/03/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 15/04/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

